

Resumo: O objetivo deste artigo é dar a conhecer o arquivo de uma família nobre, o Arquivo Sousa Lobato (ASL). Este acervo, recentemente descoberto, é composto por documentos referentes ao período que vai do último quartel do século XVIII até ao início do século XX, no essencial: documentos oficiais de mercês régias (alvarás, cartas, portarias e decretos) referentes a nomeações para cargos palatinos, atribuições de qualificações honoríficas em Ordens Religiosas e Militares, concessões de direitos (senhorios, terrenos agrícolas) e ao exercício de funções nas instituições oficiais do Reino (alfândegas, ouvidorias de Comarcas) e ainda processos documentais relativos às propriedades concedidas e alguma correspondência epistolar. Assim, procederemos à descrição da reorganização e classificação da documentação, tendo em vista a reconstituição do passado familiar, cujos elementos se enquadraram na sociedade cortesã do final do Antigo Regime - reinado de D. Maria I e regência/reinado de D. João VI até à Revolução Liberal.

Palavras-chave: Arquivística histórica; Arquivo familiar; Família Sousa Lobato; História da família.

Abstract: The purpose of this article is to show the archive of a noble family, the Sousa Lobato Archive (ASL). This archive was recently discovered and it is composed of documents from the last quarter of the 18th century to the beginning of the 20th century, namely: official documents of royal mercy (permits, letters, ordinances and decrees) referring to nominations for palatine positions, attributions of honorary qualifications in Religious and Military Orders, granting of rights (landlords, agricultural land) and the exercise of functions in official institutions of the Kingdom (customs, ombudsmen of Districts) and also documental processes related to granted properties and some epistolary correspondence. Thus, we will proceed with the description of the reorganization and classification of the documentation. The archive was also fundamental for the reconstitution of the family past, whose protagonists were part of the courtesan society at the end of the Ancien Régime - the reign of D. Maria I and regency/reign of D. João VI until the Liberal Revolution.

Keywords: Historical Archivistics; Family archive; Sousa Lobato archive; Family history.

1. Introdução

No estudo que desenvolvemos nas páginas seguintes, procuramos reunir a História e a Arquivística - Arquivos de Família - partindo de um arquivo de uma família nobre, aqui designado como Arquivo Sousa Lobato (ASL), que criou e acumulou ao longo do tempo documentação diversa. Este acervo, redescoberto há cerca de 7/8 anos, na posse da família, foi por nós reorganizado e classificado com o objetivo de reconstituir o passado familiar e enquadrar os seus protagonistas na sociedade cortesã do seu tempo.

Começaremos por realizar uma breve análise do estado da arte relativamente à arquivística histórica - Arquivos de Família - dada a sua relevância para esta investigação. Os Arquivos de Família, sendo objeto de grande estimação pelos seus detentores, são valiosas fontes de valor histórico, pela riqueza, heterogeneidade e particularidades organizativas e,

simultaneamente, de suma importância para o estudo dos indivíduos, das famílias e das sociedades, no contexto da historiografia geral.

2. A Arquivística histórica - um olhar renovado sobre o arquivo

Até cerca da segunda metade do século XX, os arquivos foram encarados como conjuntos de documentos com características estáticas, uma espécie de sedimentos, resultantes da natural atividade humana; e os arquivistas atuavam apenas como guardiões passivos desse material, disponibilizando-o aos investigadores quando solicitado. A forte influência do Positivismo histórico criara tanto a necessidade de uma base documental forte, como um sistema de relações de saber na disponibilização desta pelos arquivistas, enquanto a interpretação era reservada aos historiadores. O arquivista deveria assim ser um anódino e imparcial funcionário, e o arquivo histórico por ele disponibilizado, o resultado direto de uma atividade antes de mais organizativa para uso da História e das administrações estatais. A partir dos anos '80 do século XX, surgem novas teorias no campo historiográfico e arquivístico, questionando a anterior abordagem. Os arquivos, de acordo com Terry Cook (1998), passam a ser vistos como algo de mais profundo e mais complexo, resultantes de processos sociais múltiplos e complexos de conservação e gestão documental. O conhecimento destes processos passa pela sua desconstrução, para se entender o que está na sua base e avaliar a sua contribuição para a história, num permanente diálogo entre a História e a Arquivística. O próprio processo de formação/construção/organização/utilização dos arquivos é um processo histórico que deve ser investigado historicamente e que é fundamental para a compreensão e contextualização dos documentos.

Uma das principais tendências da Nova História dos Arquivos foi a chamada “viragem arquivística”, ou “*archival turn*”. Na historiografia anglo-saxónica, especialmente nos EUA e no Canadá, o “*archival turn*” procura desconstruir uma visão simplista dos arquivos como produtos diretos e anódinos das instituições. Entre outros, avultam nomes como Terry Cook, Eric Ketelaar, Joan Schwartz, Verne Harris, Francis Blouin Jr. ou William Rosenberg, que se concentraram na denúncia de evidências de tradição positivista, questionando-as à luz de uma demarcada influência pós-moderna, elevando a Arquivística do estatuto secundário, em que foi longamente mantida, ao de uma ciência autónoma - a Ciência Arquivística - Archival Science (Cook, 2001; COOK, 2013).

O *archival turn* encontra uma congénere, em vários aspetos, no “*tournant documentaire*” da historiografia francesa. Este, que interessa particularmente ao historiador, iniciou o seu percurso em torno de estudos sobre cartulários medievais, enveredando depois para a história dos hábitos de escrita e para a análise da natureza das “fontes” históricas e dos arquivos e práticas de conservação e de organização documental. Joseph Morsel (2008, 2010) Etienne Anheim (2004) e Pierre Chastang (2006) contam-se entre os mais destacados autores deste movimento, que propõe uma nova epistemologia das fontes históricas – interrogando desde logo o próprio conceito – e preconizando o estudo dos seus processos de produção dos materiais do historiador. Ou seja, indo para além do conteúdo do texto de um documento, pesquisar a produção dos documentos desde a origem, as utilizações a que se prestaram, quais as suas funções e significados, acrescentando outro sentido ao contexto original da sua escrita.

Em Portugal, a evolução da área da Arquivística teve um percurso relativamente paralelo, mas com especificidades próprias. A acentuada secundarização académica da carreira dos arquivistas – que, ao contrário de França e Espanha, para citar apenas os países mais próximos, nunca chegaram a ter uma escola própria – contribuiu para a perpetuação de uma formação profissionalizante, orientada para o trabalho técnico em arquivos.

Em finais do séc. XX, na U.Porto, um grupo de arquivistas iniciou um processo de valorização académica, para assunção de espaço universitário e capacitação da formação. Rejeitando o chamado “paradigma historicista”, que considerava a história como a ciência nobre e os arquivos como meros repositórios de documentos que suportavam respostas ao inquérito historiográfico, preconizou a autonomização da Arquivística como saber independente, inserida numa versão específica da Ciência da Informação (SILVA *et al.*, 1998). A chamada “Escola do Porto” defende ter formulado um novo paradigma epistemológico, propondo a evolução da conceção historicista-custodial para um conceito científico-informacional ou pós-custodial, desprendendo-se do “arquivo”, em si, para passar à análise da “informação arquivística” que lhe subjaz, concebida e estruturada por diversos procedimentos ao longo do tempo, e que deverá ter como ponto de partida o contexto organizacional desses elementos documentais. Parafraseando Armando Malheiro da Silva, o objeto da Arquivística é o estudo do arquivo caracterizado como “sistema de informação social”, definindo o arquivo como “um sistema (semi-)fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois fatores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória – intimamente ligado aos anteriores” (SILVA *et al.*, 1998:214).

Não teria cabimento fazer aqui uma análise aprofundada destas perspetivas, que têm de resto evoluído ao longo das últimas décadas, com alterações significativas em relação às primeiras propostas. O que interessa salientar é que a nova atenção à “forma” e à função do arquivo, e não já apenas aos seus conteúdos, permite uma requalificação da informação passada e o enriquecimento do questionário historiográfico, protegendo este de anacronismos e de interpretações menos corretas. A localização do documento, no conjunto da informação que o originou, possibilita uma visão mais completa dos materiais de trabalho do historiador; nas palavras de Maria de Lurdes Rosa, “Os dados que nos chegam do passado foram informação, e não “documentos” ou “fontes”; produzidos por uma instituição (mesmo que o uso não anacrónico deste conceito obrigue a falar de “coisas” muito pouco institucionais à luz da institucionalidade inaugurada com o Estado liberal), eles dependem da natureza e da estrutura dessa instituição, antes de tudo o mais. Dependem, de seguida, da forma como no seio da mesma se conservava a informação produzida, e como ao longo dos séculos esta relação se processou – desde logo, com ou sem influências desestruturantes exteriores (com estas influências é, em geral, o caso da maioria dos fundos presentes nos arquivos públicos)” (ROSA, 2009b:11-12).

Ou seja, realizar a reconstituição da organização de um acervo é muito importante para termos noção do que existe ou do que poderá não ter subsistido; permite redesenhar os âmbitos de produção e acumulação, ao mesmo tempo que a vertente de enquadramento e reconstituição do contexto histórico é basilar e indispensável. Para o historiador, estas operações enriquecem a forma como se apropria dos materiais, e os interroga para as suas investigações, transformando-os em “fontes” – passando esta mesma operação historiográfica a ser formal e completamente inserida no desenho dos inquéritos de cada investigação.

No campo da História dos arquivos, em concreto do Antigo Regime, a década de 90 do século XX é particularmente importante pelos progressos registados, que se devem à conjugação de diversos contributos: em primeiro lugar, uma renovada e crescente atenção aos arquivos privados, não estatais, em especial os produzidos por instituições familiares; em segundo lugar, um grande desenvolvimento da História Social, particularmente do Antigo Regime, nomeadamente, no que toca à História da Família e outras organizações sociais; finalmente a disponibilização para estudo aprofundado de diversos arquivos de família em posse de privados, e que, pela riqueza dos acervos, possibilitou um grande aumento de trabalhos teóricos e práticos, guias e bases de dados. Podemos resumir os resultados deste movimento em três grandes áreas de estudo e de ação prática: a valorização e salvaguarda patrimonial; o estudo das formas de organização dos acervos e, finalmente, o contributo dos mesmos para a investigação histórica.

3. Arquivos de família

Uma grande parte dos trabalhos da historiografia da nobreza portuguesa baseia-se em suportes documentais de arquivos de instituições de natureza pública, tais como a coroa, as Ordens Militares, e diversas entidades monásticas ou municipais. São ainda relativamente poucos os estudos sobre a nobreza feitos maioritariamente a partir da produção e acumulação documental das próprias famílias nobres, isto é, assentes nos seus arquivos de família.

Num primeiro grupo de estudos, de perspetiva marcadamente histórica, avultam a tese de doutoramento de Mafalda Soares da Cunha (2000) sobre a Casa de Bragança, parcialmente baseada no arquivo da Casa de Bragança, a dissertação de mestrado de Maria Teresa Sena Lopes (1987) sobre a casa do marquês de Pombal, bem como os diferentes e aprofundados estudos de Nuno Gonçalo Monteiro (2003) que utilizam sobretudo os arquivos das administrações oitocentistas impostas às casas nobres, mas recorrem também a arquivos de produção direta destas, em especial os depositados em arquivos públicos.

Um segundo grupo de estudos reúne teses de mestrado e de doutoramento numa perspetiva parcialmente diferente, a da Arquivística Histórica, feitos sobre os próprios arquivos de família, estudam antes de mais o conjunto documental em si e no processo da sua formação, e incidem depois sobre temáticas histórico-arquivísticas específicas, definidas a partir daquelas duas instâncias (ROSA e NÓVOA, 2016; RODRIGUES, 2018). Devem mencionar-se aqui as teses de doutoramento de Rita Nóvoa (2016) sobre a família Gama Lobo Salema, de Maria João Andrade e Sousa (2017) sobre os Condes de Belmonte, de Margarida Leme (2018) relativo à família dos Costa com Dom, de Alice Gago (2019) correspondente às famílias reunidas no Arquivo Almada e Lencastre Bastos, de Filipa Lopes respeitante aos Viscondes de Vila Nova de Cerveira (em preparação) e a tese de mestrado de Patrícia Marques, tratando o arquivo dos condes de Castro/Nova Goa (2013).

Refiram-se, por fim, as teses do Mestrado em História e Património, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, relativas a arquivos de família depositados em arquivos municipais, entre as quais salientamos: um estudo de caso dedicado aos Arquivos Pessoais e Familiares em Portugal e na Galiza de Arcay Barral (2014); o ensaio de Vânia Maio (2009) sobre o Arquivo da Casa dos Barros; a dissertação de Telma Correia (2009) relativa a uma família da indústria do papel; Carla Moreira (2012) que elabora uma dissertação

sobre a Casa do Porto; Vilma Cardoso (2013) que se debruça sobre o arquivo da Casa das Mouras; o ensaio de Ana Filipa Mendes (2015) que produz uma tese com base no Arquivo dos Condes de Azevedo e Sara Raquel Maia (2017) sobre o arquivo dos Vasconcelos de Vila do Conde.

A entrada em cena relativamente tardia dos arquivos de família nos estudos sobre a nobreza não provém tanto de um desconhecimento da sua existência, mas, principalmente, da dificuldade no acesso e disponibilização desses acervos, muitos dos quais permanecem em posse privada – sendo também possível, que a sua ocultação, tenha por base alguma estratégia de manipulação. Deve também referir-se que este tipo de documentos não tem sido objeto em Portugal de uma política ativa de aquisição, incorporação e custódia, em parte pela predominante visão estaticista da arquivística, que se centra na ligação entre os arquivos de instituições e os Estados-nação (COOK, 1998:133-134).

Os arquivos familiares são uma fonte de conhecimento incomensurável das sociedades. A posse de um arquivo familiar configura, para além dos seus aspetos mais comecinhos, uma garantia de autenticidade e de autoridade de um grupo familiar; representa, na verdade, um elemento fundamental de prova do seu posicionamento social e de legitimação da sua reprodução socioeconómica: estatuto, vantagens, privilégios e recursos económicos e financeiros. Porém, é importante ressaltar, que estes repositórios documentais podem ser alvo das mais diversas manipulações – ocultação, destruição, obstáculos à sua divulgação, organização dos documentos de forma preconcebida – com o intuito de controlar, alguma(s) reminiscência(s) familiar(es) e construir uma memória favorável de si mesmas¹, cabendo aos investigadores, muitas vezes, ir para além do que existe e da organização arquetizada dum acervo, divisando o inexistente e indizível.

Concretamente, no que respeita aos grupos aristocráticos, os arquivos são mais uma componente do poder da aristocracia sobre a sociedade. Assim, os patrimónios reais e simbólicos (honras, títulos) eram primordiais na sustentação e transmissão do estatuto social de uma família, sendo a honra e o prestígio, dois dos vetores fundamentais de construção da imagem da nobreza e daquilo que pretende ostentar.

Podemos olhar os arquivos familiares como um sustentáculo construído, mantido, cuidado e utilizado para a defesa e manutenção do seu património, a partir do momento em que os documentos escritos se sobrepuseram à palavra oral, ao estabelecimento de acordos e de atos relacionados com a transmissão e arrendamento de propriedades. O documento passou a ser determinante no percurso de um bem e a sua conservação uma atitude recomendável, de tal modo que, quando o proprietário admitia a inexistência de capacidade de gestão custodial procurava instituições que o fizessem (SOUSA, 2006:90)². Numa outra vertente, os documentos acumulados representam a memória do passado familiar, podendo a família definir-se com uma “comunidade de memória” (KETELAAR, 2007). De acordo com Maria de Lurdes Rosa, os arquivos representam uma porção essencial da memória dos proprietários e que apoia a motivação de ser da família “uma memória ativa

¹ O arquivo da casa do marquês de Pombal considera-se, em Portugal, um dos maiores exemplos da construção/manipulação de um arquivo - serviu de base à Coleção Pombalina da Biblioteca Nacional – como instrumento de poder e como legado histórico para a construção de uma memória futura.

² No caso do Arquivo da Casa de Belmonte, a título de exemplo, registe-se o documento de instituição do Morgado do Castelo, cujo instituidor o depositou no mosteiro de Santo Elói.

e funcional ancorada nos seus ilustres antepassados, (...) que o cuidado com o arquivo permite não esquecer” (ROSA e HENRIQUES, 2016:91).

A elaboração crescente de genealogias, a que se assiste durante toda a Idade Moderna, configurou um modelo cultural de estruturação da imagem e da identidade familiar, com o objetivo de legitimar a posição relativa de uma família dentro de um grupo hierárquico/nobiliárquico, utilizando o passado para justificar o presente. As genealogias tinham, além disso, uma dimensão essencialmente objetiva e prática, como fazer prova de direitos de propriedade (títulos, rendas, senhorios, morgadios. etc.). De facto, a origem da maioria dos Arquivos de Família, na Península Ibérica, está relacionada com o sistema de morgadio e de constituição e fixação dos senhorios. Os documentos reunidos diziam respeito às mercês régias de privilégios e direitos, às respetivas confirmações e aos testemunhos fundacionais de morgados e consecutivas agregações de propriedades com os respetivos testamentos, vínculos e dotes. Embora tenham existido vários tipos de produtores de arquivos, o maior número de acervos conservados diz respeito à média nobreza e aristocracia titular.

4. O Arquivo Sousa Lobato: história custodial e metodologia organizativa

Na presente investigação focamo-nos, fundamentalmente, na investigação histórica sobre a época moderna tardia, mais concretamente de final do Antigo Regime, do reinado de D. Maria I em diante, partindo do Arquivo Sousa Lobato (ASL). A disponibilidade do acervo possibilitou-nos um melhor conhecimento do grupo familiar e a extração de contributos informativos para a construção das biografias e prosopografia dos seus mais eminentes membros. O arquivo produzido e acumulado por esta família permite, também, analisar de que forma “este corpo social [o familiar] se auto-organizava, auto-identificava, auto-reproduzia e auto-sustentava” (ROSA, 2009b:36). Por último, gostaríamos de relevar que a documentação existente no arquivo nos alertou para a importância de alguns dos elementos desta família, de certa maneira “atores até agora mal conhecidos” na historiografia Portuguesa, e “para o debate de outras versões que não as arquitetadas utilizando maioritariamente arquivos institucionalizados” (ROSA, 2009b:36-37).

4.1. História custodial

A história custodial do arquivo é essencial para entender o que nos adveio do passado e como se apresentava organizado. O ASL resulta, numa primeira fase, da conservação e reconstituição de documentação efetuada por José António de Sousa Lobato, filho primogénito de Joaquim José de Sousa Lobato – 2º Visconde de Magé, e irmão de Augusta Eduarda, ambos netos de José Joaquim (fig. 1 e 2), e circunscreve-se, sobretudo, aos elementos mais destacados do clã, os viscondes de Magé e de Vila Nova da Rainha. Uma segunda fase corresponde à intervenção do bisneto de José Joaquim de Sousa Lobato, João Jorge Lobato Guerra (m. 1 de dezembro de 1944), que coligiu informação das gerações posteriores e conservou a disposição dos documentos do passado nos moldes em que a encontrou (coexistindo juntamente alguma documentação que aparenta pouco cuidado organizativo). A última fase, relativamente recente, antes da redescoberta do acervo, revelou uma intervenção caótica que desmanchou alguma da organização pré-existente, tendo sido o nosso trabalho, de há dois anos a esta parte, a reconstituição/reorganização e

tratamento, tentando, tanto quanto possível, manter a estrutura herdada, nomeadamente, os grupos de documentos que sobreviveram (maços).

Subsiste uma dúvida relativamente ao local em que o arquivo foi encontrado – num imóvel da família, em Braga, que diz concretamente respeito à parte organizada por José António de Sousa Lobato, o primeiro interveniente no arquivo. Sabendo que ele vivia em Lisboa, avançamos a hipótese, que consideramos plausível, de ter sido o segundo organizador, João Jorge Lobato Guerra, proprietário da referida casa em Braga, a envidar esforços no sentido de recolher essa informação, interessado como era pela genealogia da família, conforme testemunhos de vários parentes, o que se comprova, aliás, por correspondência existente no arquivo, nomeadamente missivas remetidas por João Jorge, indagando os destinatários, sobre assuntos relacionados com a pesquisa de supostos familiares. Excetuando pequenas descrições familiares, por vezes descontextualizadas, a informação no seio da família é escassa, e agravou-se nos últimos anos, com o falecimento dos indivíduos com maior memória familiar, sendo que os atuais sobreviventes, já de idade avançada, pouca informação possuem para nos transmitir.

Na sua maior parte, os documentos acham-se relativamente bem conservados, o material de papel utilizado aguentou bem o desgaste temporal e ambiental, por vezes em condições menos propícias, nomeadamente, a partir de meados do século XX, após a morte do segundo organizador, João Jorge Lobato Guerra, quando foram abandonados num sótão, apresentando alguns documentos sinais de humidade e da intervenção de insetos e roedores. É agora nossa função preservá-los para a posteridade e proporcionar a sua divulgação à comunidade.

4.2. Metodologia organizativa

O *corpus* documental da investigação partiu da existência do referido arquivo de família (ASL) que reorganizamos – desde julho de 2018 – embora respeitando e conservando a estrutura herdada.

O ASL, do qual sou coproprietária com os meus irmãos, foi redescoberto há cerca de sete anos, numa arca velha num sótão de um imóvel pertencente à família Lobato, no centro da cidade de Braga.

O arquivo é composto por algumas centenas de documentos, produzidos e acumulados por diversas famílias, com origem no patriarca da família, José Joaquim de Sousa Lobato, com maior incidência no período do último quartel do século XVIII até meados do século XX. No essencial, são documentos oficiais de mercês régias – alvarás, cartas, portarias e decretos – referentes a nomeações para cargos palatinos, a atribuições de qualificações honoríficas nas Ordens Religiosas e Militares, a concessões de direitos (e ao exercício de funções nas instituições oficiais do reino – alfândegas, ouvidorias de Comarcas –, processos documentais relativos às propriedades concedidas e ainda alguma correspondência epistolar (fig. 3, 4, e 5).

No âmbito da presente investigação, circunscrevemo-nos à informação existente no ASL referente a sete elementos da família, o patriarca, José Joaquim de Sousa Lobato e quatro dos seus filhos: Matias António, 1º Visconde de Magé, Joaquim José, 2º Visconde de Magé e seus descendentes do sexo masculino, Francisco José Rufino, Visconde de Vila Nova da

Rainha e Bernardo José³ (fig. 1 e 2) correspondendo a cerca de um terço da totalidade do arquivo da família. De modo e tornar inteligível a consulta do referido arquivo, procedemos a um trabalho de identificação e de classificação dos documentos em função do seu produtor, sendo de seguida ordenados cronologicamente. Em termos de organização física, foram cotados e acondicionados de forma adequada, primeiro em capilhas e depois em pastas individuais por produtor.

A parametrização do documento, através de uma cota, obedeceu à seguinte lógica: dez (10) caracteres para o nome, dois (2) para o número da pasta e quatro (4) para o documento:

Deste modo utilizaram-se as seguintes mnemónicas:

- José Joaquim de Sousa Lobato – JOSJLOBATOP[]D[] [] [] []
- Matias António de Sousa Lobato – MANTLOBATOP[]D[] [] [] []
- Joaquim José de Sousa Lobato – JOAJLOBATOP[]D[] [] [] []
- Francisco José Rufino de Sousa Lobato – FRANLOBATOP[]D[] [] [] []
- José António de Sousa Lobato – JOSELOBATOP[]D[] [] [] []
(primogénito de Joaquim José de Sousa Lobato)
- Pedro de Alcântara de Sousa Lobato – PEDRLOBATOP[]D[] [] [] []
(secundogénito de Joaquim José de Sousa Lobato)

Por vezes, dentro de uma mesma cota, figura mais do que um documento, pela necessidade que sentimos de respeitar a organização herdada. Assim o número de documentos é superior ao número de cotas atribuídas. No entanto, é nosso objetivo, a seu tempo, proceder a uma análise mais fina, de modo a identificar melhor as agregações artificiais e a tentar manter apenas as originais; caso se revele necessário, procederemos a um ajuste de cotas. Finalmente, construímos quatro tabelas, em formato Excel, que refletem a organização descrita, com a estrutura apresentada nas tabelas em Anexo. Pensamos que o campo “Âmbito e conteúdo” é suficientemente esclarecedor da abrangência da informação referente a um ou ao conjunto de documentos.

A personagem com o maior número de manuscritos é Joaquim José de Sousa Lobato, 2º Visconde de Magé. Foram acondicionados em duas (2) pastas com referência a sessenta e sete (67) cotas, iniciando-se em JOAJLOBATOP1D001 e terminando em JOAJLOBATOP2D067. A Matias António, 1º Visconde de Magé, atribuímos trinta e três cotas (33). O pai, José Joaquim, e o seu filho, Francisco José Rufino, Visconde de Vila Nova da Rainha, apresentam um número bastante inferior de documentos. No caso deste último, de acordo com uma nota contida neste arquivo, o seu acervo estaria na posse do procurador da família, Boaventura Pedro de Carvalho Prostes ou dos viscondes de Santarém como herdeiros da sua mulher Mariana Leocádia de Barros Leitão e Carvalhosa. Os documentos

³ No respeitante a Bernardo José, neste arquivo (ASL), existem apenas certidões de registos paroquiais.

de José António de Sousa Lobato foram distribuídos por doze cotas (12) e os de Pedro de Alcântara de Sousa Lobato por catorze cotas (14) (ver Anexos).

Gostaríamos ainda de salientar as dificuldades sentidas na atribuição da tipologia aos documentos analisados, para o que foi fundamental dissecar as características, o contexto e os geradores da sua produção, tornando-se por vezes uma tarefa assaz complicada pela quantidade de informação que cada manuscrito poderia conter, sobretudo, fora do corpo principal do texto, o que nos trouxe algumas dúvidas na sua classificação. Por outro lado, é de realçar que a denominação do tipo de documento, não obedecia, no tempo em que foi produzido, a regras delimitadoras suficientemente claras, o que nos complicou ainda mais esta tarefa.

A informação do arquivo, no que tocou à elaboração das biografias foi complementada por fontes documentais externas, nomeadamente as existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – Chancelarias Régias e Registo Geral de Mercês; na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP); na Biblioteca da Ajuda; no Arquivo Histórico Militar (AHM); no Arquivo Histórico Parlamentar (AHP); no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e nos Arquivos Distritais (AD).

Fig. 1 – Descendentes de José Joaquim de Sousa Lobato

	<i>José Joaquim de Sousa Lobato</i> 1736-1809		+	<i>Maria Joana de Hering</i> 1737-	
<i>M^a Joana Aniceta Francisca de Hering</i> -1827	<i>Matias António de Sousa Lobato</i> 1769-1826			<i>Joaquim José de Sousa Lobato</i> 1770-1837	<i>Francisco José Rufino de Sousa Lobato</i> 1773-1830
	+	+	+	+	+
	<i>M^a Inácia Gama Freitas Berquó</i> 1790-1814	<i>M^a Carlota Gama Freitas Berquó</i> 1789-1818		<i>Mariana Clementina de Araújo e Albuquerque</i> 1784-1875	<i>Mariana de Barros Leitão e Carvalhosa</i> 1759-1835
					<i>Bernardo José de Sousa Lobato</i> 1774-1837
					<i>Maria Rita de Araújo e Albuquerque</i> 1784-1875

Fig. 2 – Descendentes de Joaquim José de Sousa Lobato

<i>Joaquim José de Sousa Lobato</i> 1770-1837		+	<i>Mariana Clementina de Araújo e Albuquerque</i> 1784-1875		
Carlota Isabel de Sousa Lobato 1804-	Maria Lina de Sousa Lobato 1806-	Augusta Eduarda de Sousa Lobato 1809-1891	Maria da Conceição de Sousa Lobato 1811-	José António de Sousa Lobato 1773-1830	Pedro de Alcântara de Sousa Lobato 1814-1910
+	+	+		+	+
João António Teixeira de Carvalho 1804-	António Xavier Osório Pereira Negrão 1798-1846	João Pereira Lobo Soares de Azevedo		Rufina Carlota Pereira 1822-	Augustina Guilhermina Feo Guião 1815-

Fig. 3 – Alvará - Mercê de D. Maria I a Matias António de Sousa Lobato

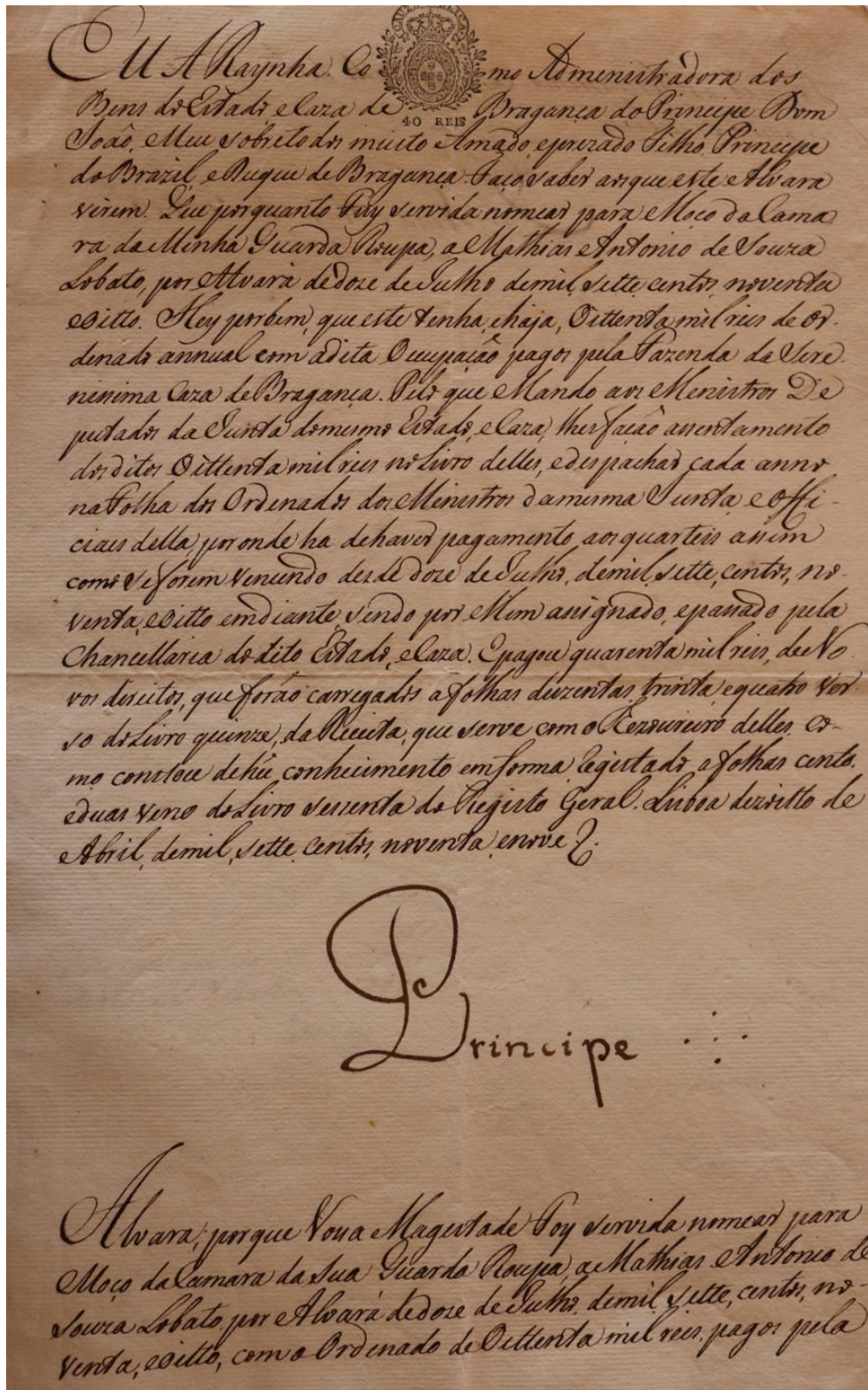


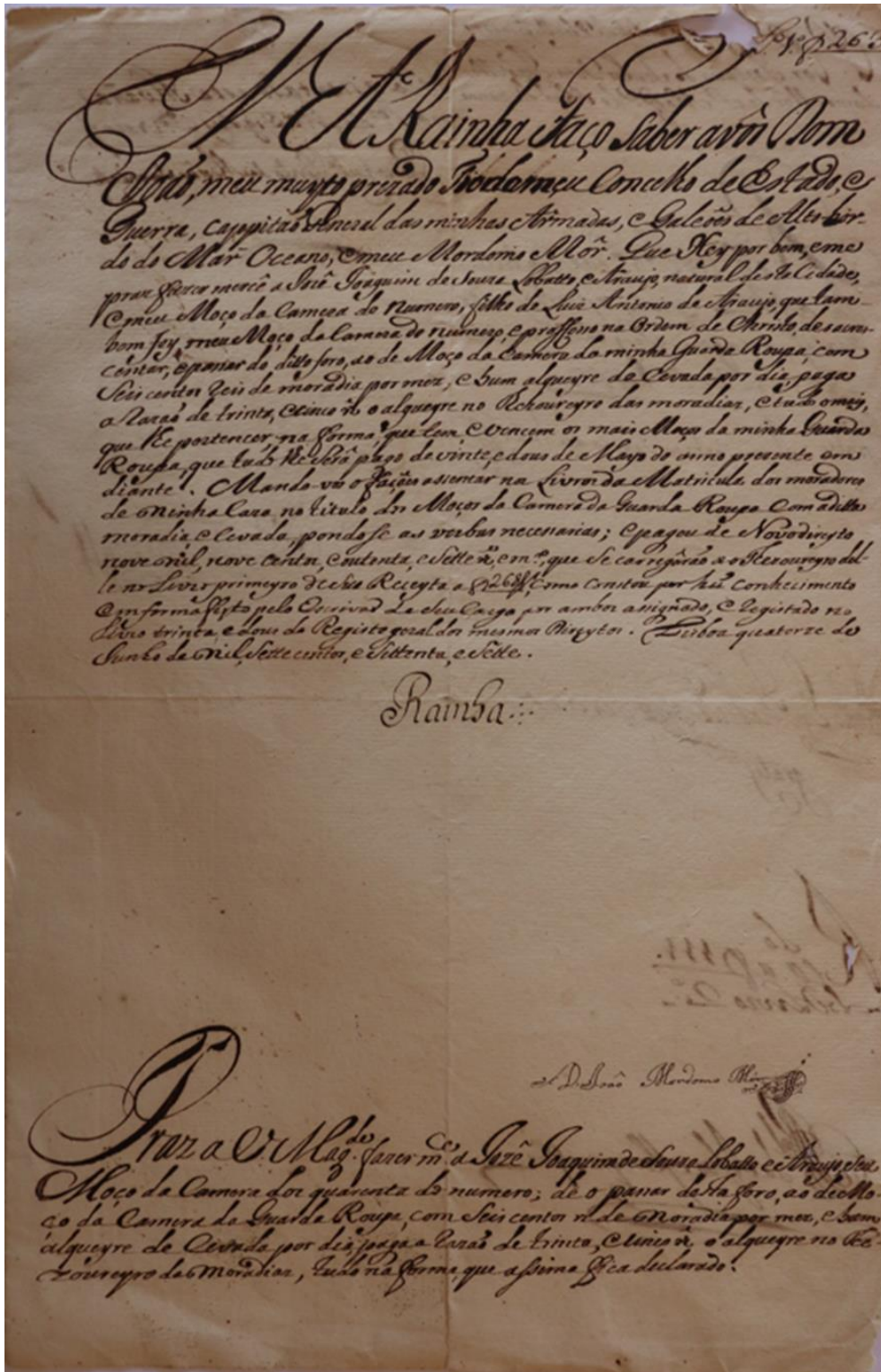
Fig. 4 – Carta do Príncipe regente D. João a Matias António de Sousa Lobato

Meu Matias remeto-te este papel p.^a te dar provas
 da minha gratidão do bem q.^e me tens servido ainda
 q.^e eu podia ter alguma coisa de me queixar pois
 sei q.^e tens humna amizade a qual te a filha da
 Broco e me não tens dito palavra. pois quando se
 ama deveras sempre se tem aberto o coração p.^a quem
 se ama sembarço do q.^e te acabo de dizer sendo a
 queixa q.^e te faço menor do q.^e o m.^{to} q.^e te sou
 grato ao bem q.^e me serves te remeto o papel in-
 cluso faço o q.^e te permiti de te escrever quando
 te remete-te. e a Deos meu amor. Lago de Mafra
 em 18 de Agosto de 1807.

Amo q.^e m.^{to} te ama

J.

Fig. 5 – Alvará - Mercê de D. Maria I a José Joaquim de Sousa Lobato



5. A Família Sousa Lobato - apresentação prosopográfica

Iremos fazer a apresentação da genealogia a partir do elemento charneira desta família, que marca o percurso de ascensão social deste grupo familiar na sociedade de então: José Joaquim de Sousa Lobato (n. 12 de abril de 1736 – m. 23 de outubro de 1809, Rio de Janeiro⁴) era neto paterno de Matias de Sousa Lobato⁵, nascido em Almada em 1670, professor de Ler e Escrever na Vila de Tomar e Escrivão das Sisas da Vila de Tancos⁶, e filho de Luís António de Araújo Banha (n. 7 de julho de 1696, Lisboa, freguesia do Socorro – m. 1776)⁷ (fig. 6), moço da Câmara de D. João V, guarda-roupa de D. José I e do Infante e futuro D. Pedro III⁸ e escrivão dos Armazéns e Conselho do Ultramar⁹, casado com Maria Luísa Antónia Raimunda do Espírito Santo em 15 de janeiro de 1727¹⁰, na freguesia de Santa Justa em Lisboa, com quem teve mais dois filhos, Matias António e Ana Joaquina de Sousa Lobato (fig. 6).

5.1. José Joaquim de Sousa Lobato, o patriarca e descendentes

José Joaquim foi guarda-roupa da Rainha D. Maria I (1777)¹¹, comendador da Ordem de Cristo (1788)¹² e da Torre e Espada, fidalgo da Casa Real, proprietário dos ofícios de escrivão da mesa grande e das marcas da Alfândega Grande de Lisboa (1793)¹³, escrivão da ouvidoria da Comarca da Vila da Feira e inquiridor do Juízo do Geral da mesma Vila (1760)¹⁴. Casou, em 26 de outubro de 1759, com Maria Joana de Hering, de origem austríaca, que foi açaфata da rainha Maria Ana de Áustria. Filha de Bernardo José de Oliveira Costa Pereira e de Joana Mariana Cristina de Hering¹⁵, natural de Viena de Áustria. Tiveram cinco filhos, quatro rapazes e uma rapariga, todos com cargos na corte (fig. 2). A filha, Maria Joana Aniceta Francisca de Hering, foi também açaфata da Rainha D. Maria I.

⁴ ASL - Documento manuscritos diversos e relação de certidões. Cópia de certidão de óbito – Livros de Óbitos da Real Capela, f. 2 – Rio de Janeiro, passada por requerimento do seu filho.

⁵ Refira-se a título de curiosidade, que fez parte da comitiva, na qualidade de estribeiro, do embaixador, Fernando Teles da Silva, 2.º marquês de Alegrete e 3.º conde de Vilar Maior, que escoltou, em 1708, a vinda para Portugal da futura Rainha D. Mariana de Áustria.

⁶ ANTT - RGM de D. João V.

⁷ ASL - *idem*. Cópia da certidão de batismo de José Joaquim de Sousa Lobato.

⁸ ASL - *idem*. Cópia da Certidão de Batismo de Matias António Sousa Lobato (filho de José Joaquim de Sousa Lobato), Livro 7, f. 32, dos Batismos da freguesia de Santa Isabel de Lisboa, 19 de fevereiro de 1769.

⁹ ANTT - Habilitação para a Ordem de Cristo de José Joaquim Sousa Lobato – 1788 - PT-TT-MCO-A-C-002-009-0060-00019_m0004_derivada.

¹⁰ ASL – *idem*. Cópia da Certidão de Casamento Livro 7, f. 32, dos Casamentos de 1727, da freguesia de Santa Justa de Lisboa, f. 236.

¹¹ ASL - Anexos - Cota: JOSJLOBATOP1D003.

¹² ANTT - Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra I e J, mç. 60, n.º 19, PT/TT/MCO/A-C/002-009/0060/00019.

¹³ ASL - Anexos - Cotas: JOSJLOBATOP1D005 e JOSJLOBATOP1D006.

¹⁴ ASL - *idem* - Cota: JOSJLOBATOP1D001.

¹⁵ ASL - Apontamentos manuscritos diversos e relação de certidões.

Aquando do seu falecimento (m. 23 de outubro de 1809, Rio de Janeiro) foi-lhe dedicada uma Oração Fúnebre da autoria de Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio¹⁶.

5.1.1. *Matias António de Sousa Lobato - 1º Visconde de Magé*

Matias António de Sousa Lobato, o primogénito, (n. 31 de janeiro de 1769 – m. 28 de maio de 1826) sucedeu a seu pai nos vários cargos que ele exerceu e foi guarda-roupa de D. João VI. Casou duas vezes com as irmãs Berquó, que foram ambas açafatas de D. Maria I. O primeiro matrimónio ocorreu em 1811, com Maria Inácia Gama Freitas Berquó (n. 26 de julho de 1790 – m. 2 de fevereiro de 1814), cerca de 3 anos após o falecimento desta, desposou, em 22 de janeiro de 1817, Maria Carlota Gama Freitas Berquó (n. 11 de março de 1789 – m. 25 de janeiro de 1818). Eram filhas José Maria Maurício da Gama e Freitas (n. 1730 – m. 1805) e de Josefa Joaquina Berquó da Silveira Velasco, açafata da princesa viúva Dona Maria Benedita e irmãs de João Maria da Gama Freitas Berquó, marquês de Cantagalo que foi pelo seu casamento, 4º marquês de Viana (n. 17 de novembro de 1794 – m. 25 de março de 1852)¹⁷. Matias António fez parte da comitiva que acompanhou a família real na sua retirada para o Brasil, em 1807, onde recebeu o título de barão de Magé, em 21 de maio 1810, e depois de Visconde de Magé, em ambos os casos em sua vida, e ainda o senhorio das Terras da vila de Magé¹⁸, em 17 de Dezembro 1811. Em 10 de janeiro 1812 obteve a renovação deste título. Foi ainda comendador, escrivão da Câmara do Rei, e senhor donatário de São João de Rei¹⁹, em 1807, senhorio localizado numa freguesia do atual concelho da Póvoa de Lanhoso. Não deixou descendentes, sendo os seus títulos renovados no irmão Joaquim José²⁰.

¹⁶ Internet archive:

<https://archive.org/details/oraofunebreoosamp>,

https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_de_Santa_Teresa_Jesus_Sampaio - “Frei Sampaio foi Pregador da Capela Imperial e Examinador da Mesa de Consciência e Ordens em 1808, onde iniciou seu envolvimento na vida política. Nos anos seguintes exerceu diversas funções e cargos que o levaram para um caminho de inserção nos assuntos da Corte Portuguesa no Brasil”.

¹⁷ O título nobiliárquico de marquês de Cantagalo foi criado por D. Pedro I do Brasil, D. Pedro IV de Portugal, em 12 de outubro de 1826. Entre outras atribuições, João Maria Berquó foi Camareiro e ajudante de campo do Imperador D. Pedro.

¹⁸ Vila fundada em 9 de junho de 1565, com o nome de Magepemirim, abreviada depois para Magé. Em 1857 foi elevada a cidade. É a segunda cidade mais antiga do Estado do Rio de Janeiro logo a seguir à cidade do Rio de Janeiro. Durante a monarquia foi criado o baronato de Magé, em 1810, e foi elevado a viscondado em 1811 - cf: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mag%C3%A9>.

¹⁹ São João de Rei é uma freguesia do concelho da Póvoa de Lanhoso. Foi um rentável senhorio, na posse dos Azevedo desde os tempos de D. João I, tendo regressado à coroa, por inexistência de sucessão legítima. Em 1807, passou para as mãos de Matias António de Sousa Lobato, por mercê real. Existe uma publicação Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso de 1994, 2ª Ed., da autoria de António Celestino, com o título *Antigamente era San Johan de Rey*, que nos descreve, conforme o resumo apresentado no sítio da referida Câmara: “S. João de Rei é uma velhíssima aldeia do Concelho da Póvoa de Lanhoso cujas tradições e história remontam a antes da fundação da nacionalidade. Está situada na formosa Ribeira do Cávado e tem como orago S. João Baptista, cujo dia se festeja no mesmo dia em que provavelmente se celebrava o nascimento de qualquer dos nossos Reis mais remotos e donde, talvez, lhe venha o “rei” que ostenta no nome”.

²⁰ ASL - Apontamentos manuscritos diversos e relação de certidões.

5.1.2. Joaquim José de Sousa Lobato – 2º Visconde de Magé

Joaquim José, segundo filho do casal, (n. 20 de outubro de 1770 – m. 16 de abril de 1837), obteve a renovação do título de Visconde de Magé e do senhorio de São João de Rei, por sucessão ao seu irmão, 1º Visconde de Magé, no período de regência da Infanta D. Isabel Maria²¹. Guarda-roupa e conselheiro de D. João VI, comendador das Ordens de Cristo e da Torre e Espada, Alcaide-Mor de Castelo de Vide, escrivão da Fazenda do Tribunal do Rio de Janeiro, proprietário dos ofícios de escrivão da Mesa Grande e das Marcas da Alfândega Grande de Lisboa²². D. João VI designou-o porteiro da Real Câmara em substituição do seu irmão, Francisco José Rufino, conforme descrito no aviso: “(...) para servir o Rei, nos impedimentos de seu irmão, Visconde de Vila Nova da Rainha, no ofício de porteiro da Real Câmara e que por sua morte continuasse a servir no mesmo ofício (...)”²³. Desempenhou o cargo na câmara da Infanta regente D. Isabel que lhe foi confirmado por carta régia de D. Miguel de 2 de março de 1831²⁴, na sequência do falecimento do supramencionado irmão, a 5 de maio de 1830.

Casou com Mariana Clementina de Araújo e Albuquerque, em 18 de setembro de 1803, filha de António José de Araújo Sousa, desembargador da casa da suplicação e juiz da Chancelaria Régia, e de Ana José de Araújo e Albuquerque, com quem teve seis filhos, quatro raparigas e dois rapazes (fig. 2):

- Quanto às senhoras: Maria da Conceição faleceu muito nova sem descendência; Carlota Isabel (n. 4 de julho de 1804) foi acafata de D. Carlota Joaquina, casou João António Teixeira de Carvalho e tiveram um filho João Teixeira de Carvalho (n. 14 de abril de 1827); as outras duas filhas do casal, Maria Lina (n. 23 de setembro de 1806, Rio de Janeiro) e Augusta Eduarda (n. 29 de novembro, Rio de Janeiro – m. 11 de maio de 1891, Braga), casaram com nobres de província. Maria Lina desposou António Xavier Osório Pereira Negrão, senhor da Casa de Mosteiró, em Baião, desembargador da Relação no Porto, agraciado em 1825 com o foro de Moço Fidalgo, progenitores de oito filhos (fig. 8) e Augusta Eduarda que casou com João Pereira Lobo Soares de Azevedo, capitão de milícias de Guimarães e senhor da Casa da Caldeira²⁵, do seu casamento nasceram cinco filhos (fig. 7).

- No respeitante aos filhos homens: José António, filho primogénito, (n. 22 de dezembro de 1812, Rio de Janeiro) desposou, em 24 de julho de 1852, Carlota Rufina Pereira, natural de Angra do Heroísmo. Desta união nasceu uma filha, Elvira Amélia de Sousa Lobato (n. 1853 – m. 1922). Foi Moço-fidalgo, recebeu por renúncia do seu progenitor, os ofícios de escrivão da mesa grande e das marcas da Alfândega Grande de Lisboa. Por decreto de D. João VI, de 6 de fevereiro de 1818 e no dia da sua coroação, em 27 de fevereiro de 1818, obteve a faculdade para usar livremente a insígnia da comenda da Ordem de Cristo, pela

²¹ ASL - Anexos - Cotas: JOAJLOBATOP2Do43 e JOAJLOBATOP2Do47.

²² ASL - *idem* - Cota: JOAJLOBATOP1Do21.

²³ ASL - *idem* - Cota: JOAJLOBATOP2Do59. Aviso de 3 de março de 1826 Ordenado por D. João VI e expedido pelo Mordomo-mor.

²⁴ ASL - *idem* - Cota: JOAJLOBATOP2Do49.

²⁵ ASL - Apontamentos manuscritos diversos e relação de certidões.

atribuição de uma vida na comenda da Ordem de Cristo a seu pai, Joaquim José de Sousa Lobato, para se verificar em seu filho²⁶.

O outro filho, Pedro de Alcântara (n. em 28 de abril de 1814, Rio de Janeiro e m. 31 de janeiro de 1910, Mesão Frio) foi Moço-fidalgo, por alvará de 12 de janeiro de 1824²⁷, casou em 15 de fevereiro de 1854, com Augusta Guilhermina Feio Guião e não possuíram descendência. Os dois irmãos frequentaram o Colégio dos Nobres aonde ingressaram em 4 de outubro de 1824 (Teles, 2006:85, 96-97). Ambos tiveram uma carreira militar e defenderam a causa absolutista, militando nos exércitos de D. Miguel.

Fig. 6 – Descendentes de Luís António Araújo Banha

Luís António de Araújo Banha 1696-1776 +	Ana Joaquina de Sousa Lobato	+	Cândido Ricardo de Faria
	José Joaquim de Sousa Lobato 1736-1809	+	Maria Joana de Hering 1737-
M. ^a Luísa Raimunda do Espírito Santo 1737-	Matias António de Sousa Lobato	+	Maria Joana da Silva
		+	Isabel Luísa Rita Albertina de Andrade
		+	Catarina Antónia Barruncho

5.1.3. Francisco José Rufino de Sousa Lobato – 1º Visconde de Vila Nova da Rainha

O terceiro filho, Francisco José Rufino de Sousa Lobato, (n. 30 de julho de 1773 – m. 5 de maio de 1830), foi barão (1809) e 1º Visconde de Vila Nova da Rainha, em 21 de maio de 1810, tendo recebido uma terceira vida no título, por despacho pela aclamação de D. João VI. Conselheiro e guarda-roupa do Rei, porteiro e apontador dos foros dos reposteiros da Real Câmara, tesoureiro do real bolsinho, guarda-joias e tapeçarias, secretário

²⁶ ASL - Anexos - Cota : JOSELOBATOP1D001 e JOAJLOBATOP1D022.

²⁷ Livro dos índices da Mordomias da Casa Real, 9/118 e AFONSO e VALDEZ, 1933:183.

administrador da Casa e Estado do Infantado, superintendente do Palácio e Convento de Mafra e escrivão da Mesa de Consciência e Ordens no Brasil e como Visconde de Vila Nova da Rainha foi 1º deputado da mesma mesa (NEVES, 1999:86 e 89). Foi também comendador da Ordem de Cristo e Torre e Espada, secretário das Três Ordens Militares e brigadeiro do Exército do Rei²⁸, tendo alcançado a patente de tenente-general efetivo, a 24 de abril de 1821²⁹.

Casou com Mariana Leocádia de Barros Leitão e Carvalhosa (n. 9 de dezembro de 1759 – m. 7 de fevereiro de 1835), em 5 de fevereiro de 1800, açafta de D. Carlota Joaquina. Era filha de Manuel Francisco de Barros e Mesquita (n. 18 de outubro de 1729 – m. 15 de março de 1806) e de Maria Bárbara Teresa de Sousa e Carvalhosa (m. 1787)³⁰ e irmã, de João Diogo de Barros Leitão e Carvalhosa, 1º Visconde de Santarém (n. 18 de abril de 1757 – m. 12 de janeiro de 1818). Do casamento não teve descendência³¹. Fora do casamento teve, ainda, Ana José de Sousa Lobato (n. 1820 – m. 11 de março de 1881) legitimada por carta da Infanta regente D. Isabel Maria³², tendo falecido solteira no Convento da Encarnação de Lisboa³³, e ainda Francisco Gomes da Silva (n. 22 de setembro de 1791 – m. 30 de dezembro de 1852), seu putativo filho, conhecido pela alcunha de “Chalaça”, um dos amigos favoritos do príncipe D. Pedro, nunca legitimado³⁴.

²⁸ ASL - Apontamentos manuscritos diversos e relação de certidões.

²⁹ Tenente-general efetivo, a 24-4-1821 “sem entrar em combate” – MONTEIRO (2018:90). “Porém, é dito que “Sendo Tenente agregado ao Regimento de Alcântara, foi, por decreto de 24 de Junho de 1799, colocado na 12ª Companhia do Regimento de Cavalaria de Meckelmburgo. Por decreto de 6 de Setembro de 1804, ainda com a patente de Tenente, é promovido ao posto de Coronel de Milícias, ficando agregado a um dos regimentos de Milícias de Lisboa - COSTA (2005:54).

³⁰ Para além de Mariana Leocádia e João Diogo de Barros Leitão e Carvalhosa (pai do 2º Visconde de Santarém, Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa), o casal foi progenitor de mais dois filhos, D. António Roberto de Barros Leitão e Carvalhosa (n. 1763 – m. 1829), arcebispo de Adrianópolis e, de Diogo José de Barros Leitão e Carvalhosa (m. 1788).

³¹ Quando casou D. Mariana Leocádia tinha cerca de 41 anos, razão pela qual, provavelmente, não terá sido progenitora - cf. Wikipédia, onde está referido um descendente, do seu casamento, de nome Evaristo José de Sousa Lobato, que terá falecido solteiro e sem descendência: https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Jos%C3%A9_Rufino_de_Sousa_Lobato. Um documento de 1832 existente no ANTT refere que um indivíduo chamado Evaristo José de Sousa Lobato, nasceu no Rio de Janeiro e era filho de pais incógnitos, o que nos faz suspeitar que se trataria da mesma pessoa referida na Wikipédia. Francisco José Rufino de Sousa Lobato não o terá sido perflhado: Cód Ref PT/TT/MR/EXP/051/0079/0000: “Requerimento de Evaristo José de Sousa Lobato, solicitando dispensa de apresentar Certidão de Baptismo para ser admitido a Exame de segundo ano da Aula de Comércio”.

³² ASL - Apontamentos manuscritos diversos e relação de certidões. Cópia - do registo na Chancelaria mor do Reino, no livro de Legitimações, f. 5, Lisboa, 14 de outubro de 1826. Em 1839, Ana José reclamou ser herdeira universal de seu pai, para efeitos de herança do montepio militar paterno (AHM Caixa 68 1278/18). Refira-se, ainda que os viscondes de Vila Nova da Rainha fizeram conjuntamente um testamento, que designava como herdeiro universal o seu sobrinho, futuro 2º Visconde de Santarém.

³³ ASL - Apontamentos manuscritos diversos e relação de certidões.

³⁴ Resultante de uma ligação com Maria da Conceição Alves de 19 anos, sua criada de quarto - cf. Wikipédia: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Gomes_da_Silva_\(Chala%C3%A7a\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Gomes_da_Silva_(Chala%C3%A7a)).

5.1.4. Bernardo José de Sousa Lobato – o mais novo

Bernardo José, o filho mais novo (n. 14 de agosto de 1784 – m. 5 de fevereiro de 1837) exerceu os cargos de guarda-roupa de D. João VI, escrivão da Real Câmara e expediente da mesa do Desembargo do Paço em Portugal e no Brasil; recebeu ainda as mercês de comendador da Ordem de Cristo, da Torre e Espada e da Conceição. Desposou Maria Rita de Araújo e Albuquerque – irmã de Mariana Clementina de Araújo e Albuquerque, esposa de seu irmão Joaquim José, 2º Visconde de Magé – em 6 de fevereiro de 1807, tendo dois filhos: José Joaquim de Sousa Lobato Jr. (m. 7 de fevereiro de 1844, Luanda) e Maria Rita de Sousa Lobato, ambos sem descendentes.

Fig. 7 – Descendentes de Augusta Eduarda de Sousa Lobato

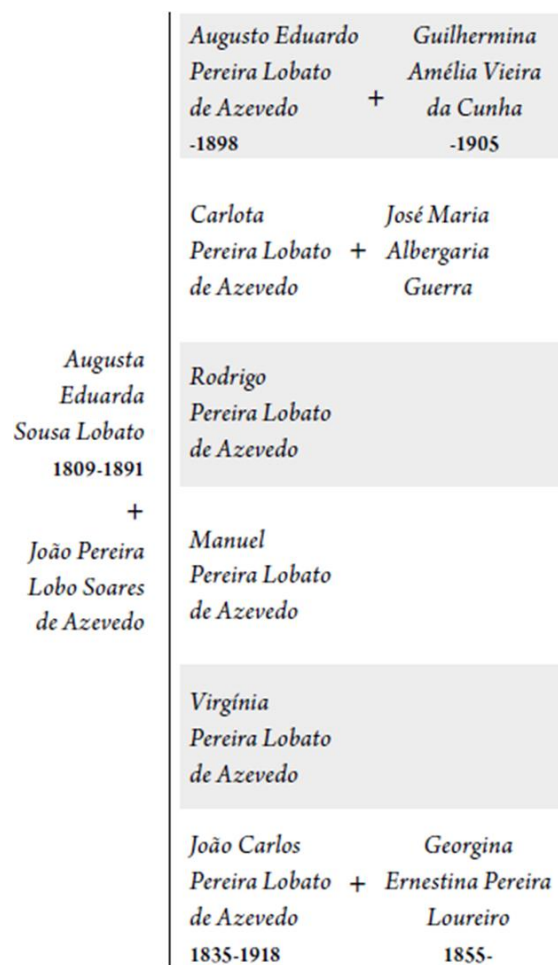
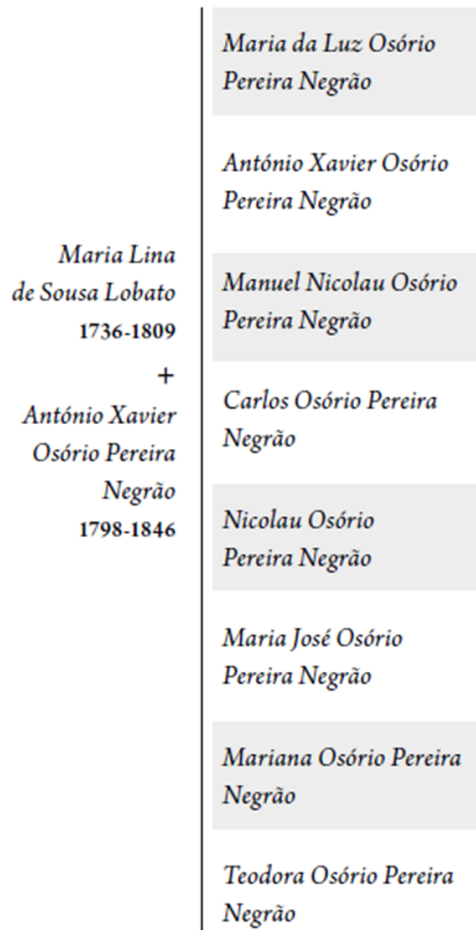


Fig. 8 – Descendentes de Maria Lina de Sousa Lobato



Siglas e abreviaturas:

- AHM – Arquivo Histórico Militar
- AHP - Arquivo Histórico Parlamentar
- AHU - Arquivo Histórico Ultramarino
- ANTT - Arquivo Nacional Torre do Tombo
- BNP – Biblioteca Nacional de Portugal
- AD – Arquivos Distritais
- ADB – Arquivo Distrital de Braga
- ASL – Arquivo Sousa Lobato
- c. – casamento
- cap. – capítulo
- cf. - conforme, conferir
- coord. – coordenação
- dir. – direção
- ed. – edição
- m. – morte
- n. – nascimento
- org. – organização
- cont. – continua

Fontes manuscritas

- Arquivo da família Sousa Lobato
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa:
 - Registo Geral de Mercês e Chancelaria Régias de D. Maria I e D. João VI.
 - Habilitações de Ordens Militares e de Cristo.
 - Livro dos índices da Mordomias da Casa Real.

Referências bibliográficas

ANHEIM, Étienne; PONCET, Olivier

2004 Fabrique des archives, fabrique de l'histoire. *Revue de Synthèse*. 125 (2004) 1-14.

ARCAÏ BARRAL, Angel

2014 *Os Arquivos de família en Galiza e Portugal: o caso da família Malvar*. Porto, 2014. Dissertação de Mestrado em História e Património, ramo Arquivos Históricos – Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CARDOSO, Vilma Joana Correia Paiva de Freitas

2013 *O Arquivo da Casa das Mouras: estudo orgânico e sua representação através do modelo sistémico*. Porto, 2013. Dissertação de Mestrado em História e Património, ramo Arquivos Históricos – Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CHASTANG, Pierre

2006 Cartulaires, cartularisation et scriptularité médiévale: la structuration d'un nouveau champ de recherche. *Cahiers de civilisation médiévale*. Poitiers, 49 (2006).

COOK, Terry

2013 Evidence, memory, identity, and community: four shifting archival paradigms. *Archival Science*. 13 (2013).

COOK, Terry

2001 Archival Science and Postmodernism: new formulations for old concepts. *Archival Science*. 1 (2001).

COOK, Terry

1998 Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Revista de Estudos Históricos*. 11:21 (1998).

CORREIA, Telma Marília Assunção

2009 *A Família Azevedo Aguiar Brandão e a Indústria do Papel: séculos XIX e XX*. Porto, 2009. Dissertação de Mestrado em História e Património, ramo Arquivos Históricos – Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

COSTA, António José Pereira da, coord.

2005 *Os Generais do Exército Português*. Lisboa: Biblioteca do Exército, 2005, vol. 2, tomo 2.

CUNHA, Mafalda Soares da

2000 *A Casa de Bragança (1560-1640): práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.

GAGO, Alice João Palma Borges

2019 *Arquivos e práticas arquivísticas de famílias de elite: Portugal, séculos XV-XVII*. Lisboa, 2019.
Tese de Doutoramento em História, especialização em Arquivística Histórica – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

KETELAAR, Eric

2007 Muniments and monuments: the dawn of archives as cultural patrimony. *Archival Science*. 7:4 (2007) 343-348.

LEME, Margarida Maria de Carvalho Ortigão Ramos Paes

2018 *Costas com Dom: família e arquivo: séculos XV-XVII*. Lisboa, 2018.
Tese de Doutoramento em História, especialização em Arquivística Histórica – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

LOPES, Maria Teresa Fernandes Pereira de Sena Sales

1987 *A Casa de Oeiras e Pombal: estado, senhorio e património*. Lisboa, 1987.
Dissertação de mestrado em História – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

MAIA, Sara Raquel Maciel da Silva

2017 *Os Vasconcelos de Vila do Conde: arquivo de família*. Porto, 2017.
Dissertação de Mestrado em História e Património, ramo Arquivos Históricos – Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MAIO, Vânia de Jesus Dinis

2009 *Arquivo da Casa dos Barros (1753-1955): reconstituição da memória*. Porto, 2009.
Dissertação de Mestrado em História e Património, ramo Arquivos Históricos – Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MARQUES, Patrícia Cardoso

2013 *O Arquivo Castro/Nova Goa: construção de catálogo: a aplicação do modelo sistémico*. Porto, 2013.
Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação Arquivística, especialização em Arquivística Histórica – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

MENDES, Ana Filipa Almeida

2015 *Para a construção de uma memória: organização sistémica do Arquivo dos Condes de Azevedo*. Porto, 2015.
Dissertação de Mestrado em História e Património, ramo Arquivos Históricos – Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo

2003 *O Crepúsculo dos Grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal, 1750-1832*. 2ª ed. ver. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2003.

MONTEIRO, Tobias

2018 *História do Império: a elaboração da independência: 1808-1823*. Brasília: Senado Federal, 2018, vol. 19.

MOREIRA, Carla de Jesus Torres

2012 *O Arquivo da Casa do Porto: o seu estudo e a sua representação: o modelo sistémico*. Porto, 2012.

Dissertação de Mestrado em História e Património, ramo Arquivos Históricos – Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MORSEL, Joseph

2008 Du texte aux archives: le problème de la source. *Bulletin du Centre d'Études Médiévales|Auxerre*. Hors-série n° 2 (2008).

MORSEL, Joseph

2006 En Guise d'introduction: les chartiers entre «retour aux sources» et déconstruction des objets historiques. In CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent, ed. - *Défendre ses droits, construire sa mémoire: les chartiers seigneuriaux, XII^e-XXI^e siècle: actes du colloque international de Thouars, 8-10 juin 2006*. Paris: Société de l'Histoire de France, 2010, p. 9-34.

NEVES, Guilherme Pereira das

1999 *E receberá Mercê: a Mesa da Consciência e Ordens e Clero Secular no Brasil, 1808-1828*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

NÓVOA, Rita Luís Sampaio da

2016 *O Arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos Arquivos de Família nobre nos séculos XV-XVI*. Lisboa, 2016.

Tese de Doutoramento em História, especialidade em Arquivística Histórica – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e École Doctorale d'Histoire, Université Paris I Panthéon-Sorbonne.

OLIVEIRA, Marina Garcia

2013 *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros: práticas, políticas e significados dos títulos nobiliárquicos entre o período Joanino e o alvorecer do Segundo Reinado*. São Paulo, 2013.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social, do Departamento de História da Universidade de São Paulo.

RODRIGUES, Abel

2018 Os Arquivos pessoais e familiares em Portugal: uma reflexão crítica dos últimos vinte anos. In ENCONTRO DA FUNDACIÓN OLGA GALLEGÓ, 1º, Vigo, 2017 - *Arquivos Privados de Pessoas e Famílias : unha ollada á Fundación Penzol*. [S. n.]: FOG, 2018, p. 31.50.

ROSA, Maria de Lurdes

2009a Em torno de Álvaro Vaz, cavaleiro de Santiago (m. 1513): um estudo das formas de estruturação das elites sociais «intermédias». In FERNANDES, Isabel (coord.), *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente*, 2009.

ROSA, Maria de Lurdes

2009b Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses: épocas medieval e moderna. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. [Em linha]. Coimbra. 9 (2009) 9-42. [Consult. 4 dez. 2021].

Disponível em: <https://digitalis->

[dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/39576/1/Problematicas%20historicas%20e%20arquivisticas%20actuais.pdf](https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/39576/1/Problematicas%20historicas%20e%20arquivisticas%20actuais.pdf)

ROSA, Maria de Lurdes; HENRIQUES, Luís

2016 O Arquivo da Casa da Lapa (1804-1832) e os seus inventários: gestão dos bens e memória dos antepassados. [Em linha]. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. 29 (2016) 89-132. [Consult. 4 dez. 2019]. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/boletimauc/article/view/29_2/2291.

ROSA, Maria de Lurdes; NÓVOA, Rita Sampaio da

2016 Arquivística histórica e arquivos de família, entre História e Ciência arquivística: reflexões sobre um percurso científico e académico. [Em linha]. *Revista de História Portuguesa*. 49 (2016) 97-119. [Consult. 4 dez. 2021]. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/rph/article/view/0870-4147_49_4/5018.

SILVA, Armando Malheiro da [et al.]

1998 *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. 1ª ed. Porto: Edições Afrontamento, cop. 1998.

SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e

2006 *Da Linhagem à Casa: estratégias de mobilidade num grupo familiar no Portugal Moderno, séculos XVI/XVII*. Lisboa, 2006.
Dissertação de Mestrado em História Moderna – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e

2017 *O Arquivo da Casa de Belmonte, séculos XV a XIX: identidade, gestão e poder*. Lisboa, 2017.
Tese de Doutoramento em História, especialização em Arquivística Histórica – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

SUBTIL, José

2011 Pombal e o Rei: valimento ou governamentalização? *Ler História*. 60 (2011) 53-69.

TELES, João Bernardo Galvão

2006 Relação dos alunos do Colégio Real dos Nobres de Lisboa: 1766-1837. *Revista do Instituto de Genealogia e Heráldica da Universidade Lusófona do Porto*. 1 (2006) 57-118.

Dicionários, Nobiliários e Vocabulários

AFONSO, Domingos de Araújo; VALDEZ, Rui Dique Travassos

1933 *Livro de Oiro da Nobreza*, Braga: Tipografia Pax, 1933.

BLUTEAU, Rafael

1712-1728 *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasílico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos...* Coimbra: no Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. 10 vol.

DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA...

1883-1891 *Documentos para a historia das Cortes Geraes da Nação Portuguesa*. Coord. Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1883-1891, 8 vol.

FARINHA, Augusto Romano Sanches Baena

1867 *Diccionario aristocrático que contem todos os alvarás de foros de fidalgos da Casa Real... desde 1808 até setembro de 1822*. Lisboa: Tipografia Panorama, 1867.

GAIO, Felgueiras

1938-1941 *Nobiliário das famílias de Portugal*. Braga: Agostinho de Azevedo Meirelles, Domingos de Araújo Affonso, 1938-1941.

TORRES, João Carlos Feio Cardoso de Castelo Branco

1840 *Dicionário aristocrático: coleção de todos os alvarás de fôros da Casa Real, que se achão registados nos Livros das Mercês, hoje pertencentes ao Archivo da Torre do Tombo...* Lisboa: Imprensa Nacional, 1840, tomo 1.

ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins

1960 *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1960, vol. 1 e 3.

Margarida Maria Lobato Costa | mlobato.mlac@gmail.com

Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Portugal

Anexos

Relação dos documentos Sousa Lobato:

- José Joaquim de Sousa Lobato
- Matias António de Sousa Lobato
- Joaquim José de Sousa Lobato
 - José António de Sousa Lobato
 - Pedro de Alcântara de Sousa Lobato
- Francisco José Rufino de Sousa Lobato

José Joaquim de Sousa Lobato

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1760/11/26	Lisboa	Carta Régia	Propriedade do ofício de escrivão da Ouvidoria da Comarca da Vila da Feira e Inquiridor do Juízo do Geral da mesma Vila. Mercê do Infante D. Pedro.	JOSJLOBATOP1D001	
1795/10/27		Apostila	Separação, ordenada pelo Príncipe D. João, dos ofícios de escrivão e de inquiridor da Vila da Feira, permanecendo a de escrivão na posse de José Joaquim.		
1777/06/14	Lisboa	Alvará	Moço da Câmara de Guarda Roupa. Mercê de D. Maria I.	JOSJLOBATOP1D002	
1785/09/02	Lisboa	Carta Régia	Hábito da Ordem de Cristo. Mercê de D. Maria I.	JOSJLOBATOP1D003	
1785/09/10	Lisboa	Alvará	Faculdade de poder nomear serventuário do ofício de escrivão da Ouvidoria da Vila da Feira. Mercê de D. Pedro III.	JOSJLOBATOP1D004	
1793/01/11	Lisboa	Carta Régia	Propriedade e posse do ofício de escrivão das Marcas da Alfândega Grande de Lisboa. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOSJLOBATOP1D005	
1800/02/10	Lisboa	Carta Régia	Propriedade do ofício de escrivão da Mesa Grande da Alfândega de Lisboa, aceitando-lhe a desistência do ofício de escrivão da Descarga da mesma, e por seu falecimento a pensão de duzentos mil réis anuais a seu filho Joaquim José. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOSJLOBATOP1D006	
1801/07/28	Lisboa	Conta Corrente	Obras feitas em casas da Quinta (Prazo) da Azenha em Porto Brandão.	JOSJLOBATOP1D007	Duas contas correntes e um recibo.
1810/07/03	Lisboa	Sentença	Sentença nº 32. Dívida a Fábrica de Pão em Campo de Ourique.	JOSJLOBATOP1D008	
1829/02/19	Lisboa	Pública forma	Propriedade do ofício de escrivão da Mesa Grande da Alfândega de Lisboa, aceitando-lhe a desistência do ofício de escrivão da Descarga da mesma, e por seu falecimento a pensão de duzentos mil réis anuais a seu filho Joaquim José. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOSJLOBATOP1D009	Por Alvará do Príncipe Regente D. João, em 10 de fevereiro de 1800.
			Propriedade e Auto de Posse e Juramento do ofício de escrivão da Mesa Grande da Alfândega de Lisboa.		Auto de Posse em 20 de fevereiro de 1800.

Matias António de Sousa Lobato (2 páginas)

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1785/09/22	Lisboa	Alvará	Fidalgo Cavaleiro. Mercê de D. Maria I.	MANTLOBATOP1D001	
1798/07/12	Lisboa	Alvará	Moço da Câmara de Guarda-Roupa. Mercê do Príncipe Regente D. João.	MANTLOBATOP1D002	
1799/04/18	Lisboa	Alvará	Oitenta mil reis de ordenado anual com a ocupação de moço da Câmara da Guarda Roupa, pagos pela Fazenda da Casa de Bragança. Mercê do Príncipe Regente D. João.	MANTLOBATOP1D003	
1805/09/04	Lisboa	Decreto	Comenda da Ordem de Cristo, com o rendimento de cento e oitenta mil reis até duzentos. Não obstante não ter ainda a posse da dita Comenda é facultado o uso a insígnia de Comendador. Mercê do Príncipe Regente D. João.	MANTLOBATOP1D004	Assinado pelo Conde de Vila Verde.
1806/08/19	Lisboa	Alvará	Cavaleiro da Ordem de Cristo. Mercê do Príncipe Regente D. João.	MANTLOBATOP1D005	
1807/08/18, 1812/08/25 e 1815/02/03	Mafra, Rio de Janeiro e Santa Cruz	Carta	Três cartas de foro particular, do Príncipe Regente D. João, dirigidas a Matias António e um bilhete de resposta.	MANTLOBATOP1D006	
1809/04/02	Rio de Janeiro	Certidão	Matricula de Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo a título da Comenda dos Dizimos da Herdade da Vargem da Ordem de S. Tiago, cumprindo ordens do Príncipe Regente D. João, em Lisboa, 19 de agosto de 1806.	MANTLOBATOP1D007	Certidão pelo Monsenhor Almeida.
1809 a 1819	Lisboa	Pública forma	Contas Correntes demonstrativas dos rendimentos e despesas da Alfândega Grande de Lisboa dos anos de 1810 a 1817. 1-Faculdade para nomear novos serventuários no Ofício de escrivão das marcas da Alfândega Grande de Lisboa, concedido a Pedro António Virgolino, por Alvará de 9 de dezembro de 1748 e Alvará com salva, de 9 de dezembro de 1756. 2- Emolumentos do ofício de escrivão da mesma Alfândega, por Alvará de 13 de fevereiro de 1750. 3-Emolumentos que sempre foram pagos ao referido ofício de escrivão	MANTLOBATOP1D008	Informação respeitante às Marcas da Alfândega Grande de Lisboa e produzida pelos serventuários e Procuradores do Visconde de Magé, João Pedro Groot da Silva Pombo
1810/05/05	Lisboa	Pública forma	Provisão para dar posse dos Foros de S. João de Rei a Matias de Sousa Lobato, não obstante o Alvará não se apresentar ainda completo. Lisboa, 28 de janeiro de 1810.	MANTLOBATOP1D009	Provedor da Comarca de Guimarães, Francisco Barroso.
1810/03/21	Lisboa	Pública forma	Auto de Posse dos Foros de S. João de Rei em 14 de fevereiro de 1810. S. João de Rei, Guimarães.	MANTLOBATOP1D010	
1810/05/21	Rio de Janeiro	Carta Régia	Título de Barão de Magé em sua vida. Mercê do Príncipe Regente D. João.	MANTLOBATOP1D011	
1810/10/09	Rio de Janeiro	Recibo	Compra que fez de uma morada de casas sitas na Vila de Magé.	MANTLOBATOP1D012	
1810/11/25	Lisboa	Pública forma	Propriedade dos Foros de S. João de Rei, em duas vidas. Mercê do Príncipe Regente D. João.	MANTLOBATOP1D013	Por decreto de 1 de agosto de 1807.
1810	Lisboa	Conta Corrente	Resumo do rendimento das Marcas da Alfândega do Tabaco no ano de 1810.	MANTLOBATOP1D014	
1811/11/24	Lisboa	Escritura	Quitação do empréstimo contraído por José Joaquim Sousa Lobato e Maria Joana Teresa de Hering (seus pais), junto de Domingos Mendes Dias, homem de negócio da Praça de Lisboa e respectivo distrate de hipoteca do Prazo da Azenha em Porto Brandão.	MANTLOBATOP1D015	Junto a este documento está a escritura do empréstimo - Documento de Obrigação -
1812/01/10	Rio de Janeiro	Carta Régia	Título de visconde de Magé, em sua vida, além de outra. Mercê do Príncipe Regente D. João.	MANTLOBATOP1D016	
1813/06/19	Guimarães	Carta	Carta que anexa memória relativa a redução a Prazos em Vidas dos Foros de S. João de Rei.	MANTLOBATOP1D017	Remetente: Cópia de carta do Provedor de Guimarães, Francisco Barroso. Duas Memórias idênticas.
1813/08/20	Guimarães	Memória	Sobre doações realizadas, regalias e rendimentos dos Donatários, abusos dos Foreiros, Sentença proferida e proposta de reduzir a Prazos em Vidas.		
1813/07/24	Lisboa	Requerimento	Pedido ao soberano de redução a Prazos em Vidas dos Foros de S. João de Rei.	MANTLOBATOP1D018	
1813/08/28	Verim - S. João de Rei	Carta	Exposição sobre o estado das rendas e Foros de S. João de Rei.	MANTLOBATOP1D019	Remetente: Capelão de Verim João António dos Reis
1813 a 1819	Rio de Janeiro e Lisboa	Letras de Câmbio	Várias letras e um recibo.	MANTLOBATOP1D020	

O ARQUIVO SOUSA LOBATO

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1814/02/08, 1814/02/20 e 1814/03/14	Guimarães	Carta	Duas cartas relativa aos Senhorios de S. João de Rei e de Terras de Bouro e uma terceira solicitando um favor.	MANTLOBATOP1D021	Remetente: Provedor da Comarca de Guimarães, Francisco Barroso. Duas cópias e um original.
1814/01/25	Braga	Pública forma	Senhorio e Direitos Reais do Senhorio de Terras de Bouro.		Foral do Rei D. Manuel I em Lisboa, 20 de outubro de
1814/04/24	Verim - S. João de Rei	Carta	Informações sobre os Foros e Direitos Reais de Terras de Bouro.		Remetente: Capelão de Verim, João António dos Reis. Cópia.
1814/04/30	Barcelos	Pública forma	Provisão por onde se tomou posse para a Coroa do Senhorio e Direitos Reais de Terras de Bouro.		Provedor da Comarca de Viana.
1816/04/06	Lisboa	Pública forma	Renúncia do Ofício de escrivão da Correição da Vila da Feira do seu proprietário Matias António de Sousa Lobato em João de Castro da Rocha Tavares Pereira Corte Real.	MANTLOBATOP1D022	Certidão da Junta secretaria da Casa do Infante em 29 de junho de 1814.
1817/01/22	Rio de Janeiro	Alvará	Licença para celebrar o seu casamento com Maria Carlota da Gama e Freitas Berquot. Aprovado por D. João VI.	MANTLOBATOP1D023	
1817/04/10	Rio de Janeiro	Recibo	Recibo de um conto de réis que fez entregar na Tesouraria do Real Erário para as urgências de Estado.	MANTLOBATOP1D024	
1817/12/13	Lisboa	Provisão	Prorrogação por três anos no ofício de Tesoureiro-mor da Bula da Cruzada nos Bispados de Coimbra e Aveiro.	MANTLOBATOP1D025	Provisão do Monsenhor Ferreira Gordo.
1818/01/28	Rio de Janeiro	Carta	Participação para se achar presente no Acto de Aclamação do Rei D. João VI, no dia 6 de fevereiro de 1818.	MANTLOBATOP1D026	
1823/12/02	Lisboa	Carta Régia	Tença de cinquenta mil réis pelo título de visconde de Magé, com assentamento no livro das tenças do Almoarifado de Évora. Mercê de D. João VI.	MANTLOBATOP1D027	
1824/01/01	Lisboa	Contrato	Contrato entre o visconde de Magé e André Silvério Rosa em que este último recebe os rendimentos dos dois ofícios de que é proprietário o primeiro, Escrivão da Mesa Grande da Alfândega do Açúcar e Escrivão das Marcas, assim como a cobrança relativa aos foros de S. João de Rei e o recebimento do rendimento da Comenda da Herdade da Vargem.	MANTLOBATOP1D028	
1825/04/12	Lisboa	Pública forma	Propriedade dos Foros de S. João de Rei, em duas vidas. Mercê do Príncipe Regente D. João. Auto de Posse em 14 de fevereiro de 1810. Duas pública formas.	MANTLOBATOP1D029	Alvará do Príncipe Regente D. João, em 20 de dezembro de 1807.
1825/04/29	Lisboa	Alvará	Propriedade dos Foros de S. João de Rei, em duas vidas. Alvará, com salva, por extravio do anterior de 20 de dezembro de 1807. Mercê de D. João VI.	MANTLOBATOP1D030	
1825/09/10	Rio de Janeiro	Carta	Carta sobre os negócios do visconde de Magé no Brasil.	MANTLOBATOP1D031	Remetente: João Maria da Gama Freitas Berquó (marquês de Cantagalo).
1826/01/24	Lisboa	Requerimento	Nota de confirmação do requerimento do Visconde de Magé, junto da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, relativo à perda do emprego de Escrivão da Real Câmara do Rio de Janeiro	MANTLOBATOP1D032	
1827/11/27	Lisboa	Auto de Penhora	Auto de penhora dos bens após o seu falecimento. Relação dos bens e folha de receitas/despesas elaborada por seu irmão Joaquim José de Sousa Lobato.	MANTLOBATOP1D033	Cópias.

Joaquim José de Sousa Lobato (4 páginas)

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1796 a 1811	Lisboa e Rio de Janeiro	Documento	Manuscritos dos pareceres no Conselho de Fazenda no Rio de Janeiro e em Lisboa. Relativas à organização e fiscalização da Alfândega e assuntos relativos. Entre esses manuscritos dois mapa de rendimentos da Alfândega do Rio de Janeiro anuais do ano de 1796 a 1810 e mensais de março de	JOAJLOBATOPID001	Vários manuscritos.
1803/04/09	Baia	Certidão	Registo da conta das Esmolas dos Legados e listagem dos devedores da Bula da Santa Cruzada da	JOAJLOBATOPID002	Dois documentos idênticos.
1804/08/14	Lisboa	Carta Régia	Ofício de Tabelião da Vila de Paracatu. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOAJLOBATOPID003	
1804/08/30	Lisboa	Carta Régia	Administração dos bens pertencentes à Capela instituída por Vasco Lourenço e sua Mulher, no Cabo da Praia da Ilha Terceira, em sua vida. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOAJLOBATOPID004	
1804/09/22	Lisboa	Pública forma	Ofício de Tabelião da Vila de Paracatu. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOAJLOBATOPID005	Alvará de 14 de março de 1804 e Carta Régia de 14 de agosto de 1804.
1804/11/16	Lisboa	Carta Régia	Moço da Camara da Guarda Roupas, com seis centos réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia. Mercê de D. Maria I.	JOAJLOBATOPID006	
1805/01/06	Lisboa	Patente	Patente de aceitação nº 1085 como irmão da Irmandade do Santissimo Sacramento da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Lapa.	JOAJLOBATOPID007	
1805/08/28	Lisboa	Certidão	Pedido de certidão respeitante ao preço pelo que foram arrematados os ofícios de Primeiro e Segundo Tabelião e Almotacarias da Vila de Paracatu do Príncipe.	JOAJLOBATOPID008	
1806/03/26	Lisboa	Carta	Licença para celebrar atos religiosos no Oratório da residência pelo Arcebispo de Lacedemônia, D. António Caetano Maciel Calheiros.	JOAJLOBATOPID009	
1808/11/04	Rio de Janeiro	Procuração	Procuração ao Padre José Ribeiro de Carvalho, assistente na cidade de Angra do Heroísmo, na administração da Capela instituída por Vasco Lourenço e sua mulher no Cabo da Praia, Ilha Terceira.	JOAJLOBATOPID010	
1808/09/01	Rio de Janeiro	Alvará	Ofício de escrivão da Real Câmara e Expediente da Mesa do Desembargo do Real Paço do Brasil, na ausência de seu irmão Bernardo José de Sousa Lobato. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOAJLOBATOPID011	
1808/12/23	Rio de Janeiro	Alvará	Ofício de escrivão da Fazenda com o ordenado anual de 1000\$000 réis. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOAJLOBATOPID012	
1809/02/18	Rio de Janeiro	Ofício	Faculdade para poder usar livremente a insígnia de Cavaleiro da Ordem da Torre e Espada, por ordem do Príncipe Regente D. João, uma vez que lhe foi concedida a mercê de Cavaleiro da referida Ordem.	JOAJLOBATOPID013	Ofício do Conde de Aguiar.
1810/01/24	Rio de Janeiro	Aviso	Comendador Honorário da Ordem de Torre e Espada que vagou por falecimento do seu pai José Joaquim de Sousa Lobato. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOAJLOBATOPID014	Cópia do Aviso do Príncipe Regente.
1810/01/31	Rio de Janeiro	Ofício	Faculdade para poder usar livremente a insígnia de Cavaleiro da Ordem da Torre e Espada, por ordem do Príncipe Regente D. João, uma vez que lhe foi concedida a Mercê de Cavaleiro da referida Ordem.	JOAJLOBATOPID015	Ofício do Conde de Aguiar.
1810/04/30	Rio de Janeiro	Carta Régia	Título do Conselho de Sua Majestade. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOAJLOBATOPID016	
1810/05/07	Lisboa	Carta Régia	Título de Conselheiro de Capa e Espada do Conselho de Fazenda sem vencimento. Mercê do Príncipe Regente D. João. Posterior Apostila (ver abaixo), em Lisboa, em 30 de agosto de 1823, estabelecendo o efetivo exercício com o ordenado que compete a este emprego.	JOAJLOBATOPID017	
1810/09/19	Lisboa	Pública forma	Administração dos bens pertencentes à Capela instituída por Vasco Lourenço e sua mulher, no Cabo da Praia da Ilha Terceira, em sua vida. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOAJLOBATOPID018	Por Carta Régia do Príncipe Regente D. João em 30 de agosto de 1804.

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1811/11/20	Rio de Janeiro	Carta	Carta do conde Linhares a aprovar as Memórias - Documento elaborado Joaquim José.	JOAJLOBATOP1D019	
1817/04/15	Rio de Janeiro	Recibo	Dom gratuito de duzentos e quarenta mil réis para as urgências do Estado.	JOAJLOBATOP1D020	
1817/06/17	Rio de Janeiro	Pública forma	Faculdade concedida para poder renunciar da pensão de duzentos mil réis do Ofício de escrivão da Mesa Grande da Alfândega de Lisboa, em sua mulher, Mariana Clementina de Araújo e Albuquerque em sua vida, com sobrevivência a favor do filho ou filha mais velha por seu falecimento.	JOAJLOBATOP1D021	Por decreto do Rei D. João VI, no Rio de Janeiro, em 11 de novembro de 1816.
			Renúncia da Pensão de duzentos mil réis do Ofício de escrivão da Mesa Grande da Alfândega de Lisboa, em sua mulher, em sua vida, com sobrevivência a favor do filho ou filha mais velha, por seu		Carta assinada por Joaquim José.
			Propriedade do ofício de escrivão da Mesa Grande da Alfândega de Lisboa, aceitando-lhe a desistência do ofício de escrivão da Descarga da mesma, e por seu falecimento a pensão de duzentos mil réis anuais a seu filho Joaquim José. Mercê do Príncipe Regente D. João.		Por Alvará do Príncipe Regente D. João, em 10 de fevereiro de 1800.
1818/02/27	Rio de Janeiro	Decreto	Comenda da Ordem de Cristo, por uma vida, para se venficar em seu filho primogénito, José Antônio de Sousa Lobato. Mercê de D. João VI no dia da sua aclamação.	JOAJLOBATOP1D022	Decreto do Rei D. João VI de 6 de fevereiro de 1818.
1820	Rio de Janeiro	Parecer	Parecer elaborado por Joaquim José, como Conselheiro e escrivão da Fazenda, para aprovação Real, contendo informações necessárias para pôr em execução o determinado no Alvará de 25 de abril de 1818, sobre o estabelecimento e arrematações das Companhias privadas de trabalhadores, ao serviço da Alfândega da Corte... Regimento a aplicar a essas companhias. Resolução do Rei D. João VI.	JOAJLOBATOP1D023	Cópias.
1821/01/15	Rio de Janeiro	Letra de Câmbio	Letra no valor de um conto de réis.	JOAJLOBATOP1D024	
1821/03/04 a 1826/02/20	Rio de Janeiro	Letra de Câmbio	Letras de Câmbio relativas à venda das Casas e Chácara do Catete.	JOAJLOBATOP1D025	Documentos numerados de 1 a 14.
1821/03/31	Rio de Janeiro	Pública forma	1-Ofício de escrivão da Real Câmara e Expediente da Mesa do Desembargo do Paço do Brasil, na ausência de seu irmão Bernardo José de Sousa Lobato. Mercê por alvará do Príncipe Regente D. João no Rio de Janeiro a 1 de setembro de 1808. 2-Ofício de escrivão da Fazenda. Mercê por alvará do Príncipe Regente D. João no Rio de Janeiro a 23 de dezembro de 1808. 3-Conselheiro de Capa e Espada do Conselho da Fazenda. Mercê por Carta Régia do Príncipe Regente D. João no Rio de Janeiro a 7 de maio de 1810. 4-Título do Conselho de Sua Majestade. Mercê por Carta Régia do Príncipe Regente D. João no Rio de Janeiro a 30 de abril de 1810.	JOAJLOBATOP1D026	
1823/08/30	Lisboa	Apostila	Conselheiro de Capa e Espada do Concelho de Fazenda de Lisboa, em efetivo exercício com o ordenado que compete a este emprego. Mercê de D. João VI.	JOAJLOBATOP1D027	
1823/09/02	Lisboa	Alvará	Pensão de duzentos mil réis anual do ofício de escrivão da Mesa Grande da Alfândega de Lisboa, da qual foi proprietário seu pai José Joaquim de Sousa Lobato. Mercê de D. João VI.	JOAJLOBATOP1D028	
1824/02/26	Lisboa	Alvará	Aceitação da renúncia de Joaquim José ao ofício de escrivão da Mesa Grande da Alfândega e concessão da faculdade à sua mulher, Mariana Clementina de Araújo e Albuquerque, da pensão de duzentos mil réis, em sua vida, com sobrevivência no filho ou filha mais velha. Mercê do Rei D. João	JOAJLOBATOP1D029	
1824/05/24	Lisboa	Parecer	Parecer ao Conselho de Sua Majestade para se executar a Resolução Régia de 8 de abril de 1823.	JOAJLOBATOP1D030	
1824/06/10	Portalegre	Certidão	Relação dos bens pertencentes à Alcaidaria-mor de Castelo de Vide	JOAJLOBATOP1D031	
1824/09/21	Portalegre	Parecer	Parecer favorável do Corregedor da Comarca de Portalegre da pretensão expressa por Joaquim José, de lhe ser concedida por duas vidas a Alcaidaria-mor da Vila de Castelo de Vide.	JOAJLOBATOP1D032	Cópia. Inclui Mapa de Rendimentos da Alcaidaria de 1806 a 1824.

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1825/03/04	Lisboa	Carta Régia	Alcaidaria-Mor da Vila de Castelo de Vide, em sua vida. Mercê do Rei D. João VI.	JOAJLOBATOP1D033	Original e uma cópia.
1825/05/28	Lisboa e Castelo de Vide	Auto de Posse	Autorização de D. João VI para que o procurador de Joaquim José de Sousa Lobato possa tomar, em seu nome, posse da Alcaidaria-Mor de Castelo de Vide. Autos de posse dos terrenos da dita Alcaidaria.	JOAJLOBATOP1D034	
1826/02/20	Rio de Janeiro	Letra de Câmbio	Letra de Câmbio.	JOAJLOBATOP2D035	
1826/05/27	Lisboa	Certidão	Requerimento e certidão relativo à avaliação do ofício de escrivão das Marcas da Alfandega do Açúcar.	JOAJLOBATOP2D036	Certidão passada pela Chancelaria-mor do Reino.
1826/07/06	Lisboa	Portaria	Foros de S. João de Rei, em segunda vida, por morte do seu irmão Matias Antônio de Sousa Lobato. Mercê da Infanta Regente D. Isabel Maria, em nome do seu irmão D. Pedro.	JOAJLOBATOP2D037	Portaria assinada pelo Ministro de Negócios do Reino José Joaquim de Almeida Araújo Correia de
1826/07/21	Lisboa	Alvará	Foros de S. João de Rei, em segunda vida, por morte do seu irmão Matias Antônio de Sousa Lobato. Mercê da Infanta Regente D. Isabel Maria, em nome do seu irmão D. Pedro.	JOAJLOBATOP2D038	
1826/08/23	Lisboa	Certidão	Certidão de batismo de Joaquim José, que ocorreu na Igreja Paroquial de S. Salvador, em 28 de novembro de 1770.	JOAJLOBATOP2D039	
1826/08/31	Guimarães	Carta	Participação da posse dos Foros de S. João de Rei pela Coroa...	JOAJLOBATOP2D040	Remetente: Francisco Luis Teixeira da Mota.
1826/09/01	Lisboa	Procuração	A José Boaventura Soares de Moraes Sarmento para tomar posse em seu nome (Joaquim José) dos Foros da Vila de S. João de Rei.	JOAJLOBATOP2D041	
1826/10/16	Lisboa	Aviso	Informação da Relação dos dias de Grande Gala. Por ordem da Infanta Regente D. Isabel Maria.	JOAJLOBATOP2D042	Pelo Mordomo-mor do
1826/11/14	Lisboa	Alvará	Atribuição da Posse dos Foros de S. João de Rei e dos respetivos rendimentos retroativos. Mercê da Infanta Regente D. Isabel Maria, em nome do seu irmão D. Pedro.	JOAJLOBATOP2D043	Conselho da Fazenda.
1826 a 1828	Lisboa	Carta	Correspondência endereçada do Rio de Janeiro a Joaquim José, 2º Visconde de Magé.	JOAJLOBATOP2D044	
1826 a 1828	Lisboa	Recibo	Recibos correspondentes a pagamentos da dívida de Joaquim José de Sousa Lobato a Pedro Joaquim Ferreira de Mesquita representado pelo seu procurador Tomás Carlos Baptista.	JOAJLOBATOP2D045	
1827/05/11	Guimarães	Auto de Posse	Auto de posse dos Foros de S. João de Rei em conformidade com o Alvará de Mercê de 21 de julho de 1826, e Provisão de 14 de novembro do mesmo ano, expedida pelo Régio Tribunal do Conselho da Fazenda.	JOAJLOBATOP2D046	
1827/08/20	Lisboa	Carta Régia	Título de 2º Visconde de Magé, por sucessão ao seu irmão 1º Visconde de Magé e igualmente nos Foros de São João de Rei, que o mesmo possuía. Mercê da Infanta Regente D. Isabel Maria, em nome do seu irmão D. Pedro.	JOAJLOBATOP2D047	
1829/08/05	Lisboa	Pública forma	Ofício vitalício de escrivão das Marcas da Alfandega Grande do Açúcar, de que também foram proprietários José Joaquim e Matias Antônio Sousa Lobato. Mercê de D. Miguel. Auto de Posse do mesmo ofício em 15 de maio de 1829.	JOAJLOBATOP2D048	Carta Régia de 12 de janeiro de 1829.
1831/03/12	Lisboa	Carta Régia	Propriedade do Ofício de Porteiro da Real Câmara por falecimento do seu irmão Visconde de Vila Nova da Rainha. Mercê de D. Miguel.	JOAJLOBATOP2D049	
1831/04/18	Lisboa	Alvará	Ofício de escrivão das Marcas da Alfandega Grande de Lisboa, para se verificar em seu filho José Antônio de Sousa Lobato, podendo servir de serventuário de seu pai, quando tivesse a idade de lei. Mercê de D. Miguel.	JOAJLOBATOP2D050	

O ARQUIVO SOUSA LOBATO

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1825/03/04	Lisboa	Carta Régia	Alcaidaria-Mor da Vila de Castelo de Vide, em sua vida. Mercê do Rei D. João VI.	JOAJLOBATOP1D033	Original e uma cópia.
1825/05/28	Lisboa e Castelo de Vide	Auto de Posse	Autorização de D. João VI para que o procurador de Joaquim José de Sousa Lobato possa tomar, em seu nome, posse da Alcaidaria-Mor de Castelo de Vide. Autos de posse dos terrenos da dita Alcaidaria.	JOAJLOBATOP1D034	
1826/02/20	Rio de Janeiro	Letra de Câmbio	Letra de Câmbio.	JOAJLOBATOP2D035	
1826/05/27	Lisboa	Certidão	Requerimento e certidão relativo à avaliação do ofício de escrivão das Marcas da Alfandega do Açúcar.	JOAJLOBATOP2D036	Certidão passada pela Chancelaria-mor do Reino.
1826/07/06	Lisboa	Portaria	Foros de S. João de Rei, em segunda vida, por morte do seu irmão Matias Antônio de Sousa Lobato. Mercê da Infanta Regente D. Isabel Maria, em nome do seu irmão D. Pedro.	JOAJLOBATOP2D037	Portaria assinada pelo Ministro de Negócios do Reino José Joaquim de Almeida Araújo Correia de
1826/07/21	Lisboa	Alvará	Foros de S. João de Rei, em segunda vida, por morte do seu irmão Matias Antônio de Sousa Lobato. Mercê da Infanta Regente D. Isabel Maria, em nome do seu irmão D. Pedro.	JOAJLOBATOP2D038	
1826/08/23	Lisboa	Certidão	Certidão de batismo de Joaquim José, que ocorreu na Igreja Paroquial de S. Salvador, em 28 de novembro de 1770.	JOAJLOBATOP2D039	
1826/08/31	Guimarães	Carta	Participação da posse dos Foros de S. João de Rei pela Coroa...	JOAJLOBATOP2D040	Remetente: Francisco Luis Teixeira da Mota.
1826/09/01	Lisboa	Procuração	A José Boaventura Soares de Moraes Sarmento para tomar posse em seu nome (Joaquim José) dos Foros da Vila de S. João de Rei.	JOAJLOBATOP2D041	
1826/10/16	Lisboa	Aviso	Informação da Relação dos dias de Grande Gala. Por ordem da Infanta Regente D. Isabel Maria.	JOAJLOBATOP2D042	Pelo Mordomo-mor do
1826/11/14	Lisboa	Alvará	Atribuição da Posse dos Foros de S. João de Rei e dos respetivos rendimentos retroativos. Mercê da Infanta Regente D. Isabel Maria, em nome do seu irmão D. Pedro.	JOAJLOBATOP2D043	Conselho da Fazenda.
1826 a 1828	Lisboa	Carta	Correspondência endereçada do Rio de Janeiro a Joaquim José, 2º Visconde de Magé.	JOAJLOBATOP2D044	
1826 a 1828	Lisboa	Recibo	Recibos correspondentes a pagamentos da dívida de Joaquim José de Sousa Lobato a Pedro Joaquim Ferreira de Mesquita representado pelo seu procurador Tomás Carlos Baptista.	JOAJLOBATOP2D045	
1827/05/11	Guimarães	Auto de Posse	Auto de posse dos Foros de S. João de Rei em conformidade com o Alvará de Mercê de 21 de julho de 1826, e Provisão de 14 de novembro do mesmo ano, expedida pelo Régio Tribunal do Conselho da Fazenda.	JOAJLOBATOP2D046	
1827/08/20	Lisboa	Carta Régia	Título de 2º Visconde de Magé, por sucessão ao seu irmão 1º Visconde de Magé e igualmente nos Foros de São João de Rei, que o mesmo possuía. Mercê da Infanta Regente D. Isabel Maria, em nome do seu irmão D. Pedro.	JOAJLOBATOP2D047	
1829/08/05	Lisboa	Pública forma	Ofício vitalício de escrivão das Marcas da Alfandega Grande do Açúcar, de que também foram proprietários José Joaquim e Matias Antônio Sousa Lobato. Mercê de D. Miguel. Auto de Posse do mesmo ofício em 15 de maio de 1829.	JOAJLOBATOP2D048	Carta Régia de 12 de janeiro de 1829.
1831/03/12	Lisboa	Carta Régia	Propriedade do Ofício de Porteiro da Real Câmara por falecimento do seu irmão Visconde de Vila Nova da Rainha. Mercê de D. Miguel.	JOAJLOBATOP2D049	
1831/04/18	Lisboa	Alvará	Ofício de escrivão das Marcas da Alfandega Grande de Lisboa, para se verificar em seu filho José Antônio de Sousa Lobato, podendo servir de serventuário de seu pai, quando tivesse a idade de lei. Mercê de D. Miguel.	JOAJLOBATOP2D050	

José António de Sousa Lobato

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1818/02/13	Rio de Janeiro	Carta	Faculdade para que, José António possa usar livremente da Insignia da Comenda da Ordem de Cristo, pela atribuição de uma vida na Comenda da Ordem de Cristo a seu pai, Joaquim José de Sousa Lobato, para se verificar em seu filho primogénito. No dia da coroação do Rei D. João VI, 27 de fevereiro de 1818.	JOSELOBATOP1D001	Decreto do Rei D. João VI, de 6 de fevereiro de 1818. Carta asaiinda por Tomás António de Vilanova Portugal.
1824/02/13	Lisboa	Aviso	Aviso para estar presente no Palácio da Ajuda no dia 16 desse mês, pelas 2 horas da tarde "(...) para em exercício do Vosso Foro [Moço Fidalgo] servir a Sua Majestade (...)", no acto solene de entrega da a Ordem de Santo André ao rei D. João VI e o príncipe D. Miguel, concedida pelo Imperador de todas as Rússias, que se dispôs a mostrar o seu regozijo perante o golpe que interrompeu o regime constitucional saído da revolução de 1820, preocupado como estava com o progresso das ideias liberais e republicanas, insignias entregues pelo representante diplomático foi Alexei Grigorievich, filho do conde de Stroganoff.	JOSELOBATOP1D002	Aviso do mordomo-mor.
1821/03/30	Rio de Janeiro	Cópia	Certidão de batismo de José António de Sousa Lobato ocorrido em 22 de dezembro de 1822.	JOSELOBATOP1D003	
1832/12/15 a 1833/08/17	Lisboa	Documentos vários	Conta e quatro Guias de despacho e recibos passados por José António de Sousa Lobato na qualidade de escrivão das Marcas da Alfândega Grande de Lisboa.	JOSELOBATOP1D004	
1832/08/05 a 1833/12/27	Santarém	Ordens do dia	Ordens do dia do Paço de Santarém nº 136 de 13/12/1833 e nº 143 de 27/12/1833) e pequenos apontamentos.	JOSELOBATOP1D005	
	Lisboa	Certidão	Certidão que comprova que se alistou no Batalhão de Voluntários Reais de Milícias de Lisboa Ocidental (título da Praça nº 97 de 5 de agosto de 1832).		
1834/05/30	Castelo de Vide ?	Salvo-conduto	Documento de Salvo-conduto concedido por Rodill a José António Sousa Lobato para se deslocar a Lisboa.	JOSELOBATOP1D006	
1835/09/21	Rio de Janeiro	Carta	Carta de Caetano Tomás Pacheco referindo que: José António e Pedro Alcântara "(...) ficam absolvidos de toda a culpa (...)"	JOSELOBATOP1D007	
1852/07/15	Lisboa	Cópia	Sumário do processo matrimonial de José António com Rufina Carlota Pereira.	JOSELOBATOP1D008	
1854/06/10	Lisboa	Cópia	Cópia de requerimento a D. Maria II para aspirante de primeira classe da Alfandega Grande de Lisboa, não tendo meios para se sustentar e à sua família, alegando a experiência como serventuário de escrivão das Marcas da mesma Alfândega.	JOSELOBATOP1D009	
1870/07/04	Lisboa	Certidão	Escritura relativa a emissão de letras de câmbio, José António, na qualidade de procurador da sua mãe, viscondessa de Magé, e o negociante da Praça de Lisboa, Antonio Teixeira Brasil. 1 conto e seiscentos mil réis representados por oito letras de 200 mil réis cada uma, datadas de 1870/07/04 e com vencimentos, entre 31/12/1872 e 31/12/1879, inclusive, com consignação, para amortização, da colheita de trigo de 10 moios ou 7.920 litros, por todo o mês de agosto de cada ano.	JOSELOBATOP1D010	
1872/06/11	Angra do Heroísmo	Certidão	Certidão relativa a administração de prédios em Angra do Heroísmo.	JOSELOBATOP1D011	
1878/04/22	Lisboa	Requerimento	Solicita ao monarca a confirmação das sobrevivências em que sucedeu pelo falecimento de sua mãe, viscondessa de Magé, Mariana Clementina de Araújo e Albuquerque, em 17/12/1875, por renúncia de seu pai, José Joaquim de Sousa Lobato em sua mulher, com sobrevivência a favor do filho primogénito: pensão de duzentos mil réis do Ofício de escrivão da Mesa Grande da Alfândega de Lisboa, administração dos bens pertencentes à Capela instituída por Vasco Lourenço e sua mulher, no Cabo da Praia da Ilha Terceira.	JOSELOBATOP1D012	

Pedro de Alcântara de Sousa Lobato

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1834/01/08	Santarém	Declaração	Declaração do Cirurgião-mor José Joaquim Pereira, expondo que Pedro Alcântara foi ferido no peito 10 de outubro de 1833 e mais tarde acometido de uma febre gastro-intestinal.	PEDRLOBATOP1D001	
1834/03/05	Almeirim	Aviso	Ordem de Francisco Vasconcelos de Meneses, para servir como o ajudante de campo do General Lemos (impedido). Regimento de Cavalaria nº 10.	PEDRLOBATOP1D002	
1834/04/26	Évora	Guia	Fornecimento de ração. Regimento de Cavalaria nº 10. Ordem do comandante Filipe de Atouguia Sousa Coutinho.	PEDRLOBATOP1D003	
1834/05/06	Évora	Guia	Competentes rações para Pedro Alcântara, promovido a Tenente. Ordem do comandante Filipe de Atouguia Sousa Coutinho.	PEDRLOBATOP1D004	
1834/06/02	Lisboa	Intimação	Intimação do Secretário Geral, Francisco Luis de Gouveia Pimenta, por pertencer ao exército do usurpador para se apresentar ao Provedor do Distrito no espaço de 24 horas.	PEDRLOBATOP1D005	
1834/08/29	Lisboa	Aviso	Intimação do capitão Moraes da Guarda Nacional de Lisboa, para se apresentar no dia 31 de agosto de 1834 pelas 8 horas da manhã, no Convento de Jesus, caso contrário incorreria na pena do artigo nº 34 da Lei da mesma Guarda.	PEDRLOBATOP1D006	
1835/09/02	Lisboa	Requerimento	Exposição de Pedro Alcântara por ter sido violentamente espancado.... E moralmente incapaz solicita a escusa de continuar a servir no 15º Batalhão da Guarda Nacional. Assinada pelo Secretário Geral, Francisco Luis de Gouveia Pimenta.	PEDRLOBATOP1D007	
1835/09/21	Lisboa	Carta	Carta de Caetano Tomás Pacheco referindo que: José Antônio e Pedro Alcântara "(...)" ficam absolvidos de toda a culpa (...)"	PEDRLOBATOP1D008	
1835/09/22	Lisboa	Certidão	Em consequência do despacho da Câmara Municipal de Lisboa de 2 de setembro de 1835: "(...)" vai escusa da Guarda Nacional por ser amnistiado de Évora Monte (...)" Praça no 15º Batalhão da Guarda Nacional de Lisboa, em 24 de agosto de 1834. Com a assinatura de de Caetano Tomás Pacheco.	PEDRLOBATOP1D009	
1835/10/06	Lisboa	Recibo	Pagamento de quotas da Guarda Nacional de Lisboa, 15º Bairro, 4º Distrito, 7ª Companhia.	PEDRLOBATOP1D010	
1861/04/26	Lisboa	Certidão	Casamento com Augusta Guilhermina Feo Guião em 15 de fevereiro de 1854.	PEDRLOBATOP1D011	Cópia.
1891/09/26	Ribeira de Baixo de Barcarena	Apontamento	Terça parte de um jazigo no cemitério Oriental, herdado de sua prima Ana José de Sousa Lobato (filha de Francisco Rufino de Sousa Lobato).	PEDRLOBATOP1D012	
S/D	Várias localidades	Memória	Memória do destacamento da Torre Velha.	PEDRLOBATOP1D013	
S/D	Lisboa	Cartas	Correspondência com a irmã Augusta Eduarda Sousa Lobato.	PEDRLOBATOP1D014	

Francisco José Rufino de Sousa Lobato

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1806/Out/30	Lisboa	Carta Régia	Alcaidaria-mor e Comenda de Castro Marim. Mercê do Príncipe Regente D. João.	FRANLOBATOP1D001	Cópias.
		Carta Régia	Quite de pagamento de três quartos (3/4) da referida Alcaidaria e Comenda.		
1831/Mai/17	Rio de Janeiro	Pública forma	Duas vidas do título de Visconde de Vila Nova da Rainha. Mercê do Príncipe Regente D. João.	FRANLOBATOP1D002	Carta Régia do Príncipe Regente D. João
1831/Fev/17					
1826/Jan/09	Lisboa	Pública forma	Propriedade do terreno Mouchão de Esfolva Vacas. Mercê de D. João VI. Lisboa, 23 de outubro de 1823,	FRANLOBATOP1D003	Cópia por Boaventura Pedro de Carvalho Prostes, seu procurador.
			Auto de posse da referida propriedade, representado pelo seu procurador Boaventura Pedro de Carvalho Prostes. Cartaxo, 21 de janeiro de 1824.		
1826/Mar/01	Lisboa	Decreto	Honras, prerrogativas e distinções que pertencem aos oficiais-mores da Casa Real. Mercê da Infanta Regente D. Isabel Maria.	FRANLOBATOP1D004	Cópia de decreto. Assinado pelo Oficial Maior da Secretaria do Reino, Gaspar Feliciano de Moraes.